

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Matheus Balduino Salkovski Junges

**Ciências Sociais: apontamentos sobre educação, mercado de trabalho e
profissionalização nas universidades federais no Rio Grande do Sul**

Santa Maria – RS

2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Salkovski Junges, Matheus Balduino
Ciências Sociais: apontamentos sobre educação, mercado de trabalho e profissionalização nas universidades federais no Rio Grande do Sul / Matheus Balduino
Salkovski Junges.- 2023.
69 f.; 30 cm

Orientadora: Mari Cleise Sandalowski
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2023

1. Sociologia das Profissões 2. Mercado de trabalho
3. Ensino de Ciências Sociais 4. Ensino Superior 5.
Universidade Federal I. Sandalowski, Mari Cleise II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, MATHEUS BALDUÍNO SALKOVSKI JUNGES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Matheus Balduino Salkovski Junges

**Ciências Sociais: apontamentos sobre educação, mercado de trabalho e
profissionalização nas universidades federais no Rio Grande do Sul**

Trabalho apresentado ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**

Aprovado em 10 de fevereiro de 2023

**Mari Cleise Sandalowski, Dr^a, UFSM
(Presidente, Orientadora)**

Laura Senna Ferreira, Dr^a, UFSM

Lizandro Lui, Dr, FGV

Santa Maria, RS, 2023

RESUMO

Ciências Sociais: apontamentos sobre educação, mercado de trabalho e profissionalização nas universidades federais no Rio Grande do Sul

AUTOR: Matheus Balduino Salkovski Junges

ORIENTADORA: Mari Cleise Sandalowski

A dificuldade da área de Ciências Sociais em se tornar uma instituição é histórica, o obstáculo em obter o reconhecimento de áreas como a Matemática ou a Medicina não vem de hoje. Assim, esta pesquisa pretende buscar razões para essa dificuldade, procurando analisar as relações entre a periodicidade das Ciências Sociais no Ensino Médio brasileiro, a dispersão território-temporal dos cursos de graduação em Ciências Sociais no Brasil, a abrangência da área de Ciências Sociais no ensino superior do Rio Grande do Sul e a trajetória formativa dos professores que lecionam tais disciplinas. Discorre-se sobre algumas questões teóricas, históricas e metodológicas da pesquisa, tais como uma retomada histórica das Ciências Sociais como disciplina do ensino médio, uma reflexão sobre o sentido e o papel da universidade, sobre a profissão de professor de Ciências Sociais e seu campo, além de questões sobre a constituição das Ciências Sociais, seu desenvolvimento no Brasil e seus órgãos representativos. Ao final, apresentam-se dados sobre disciplinas das Ciências Sociais nos cursos de graduação das universidades federais gaúchas, assim como os dados sobre a trajetória formativa dos professores que lecionam essas disciplinas.

Palavras-chave: Ciências Sociais, Ensino Médio, Ensino Superior, Professor, Trabalho.

ABSTRACT

Social Sciences: notes on education, labor market and professionalization in federal universities in Rio Grande do Sul

AUTHOR: Matheus Balduino Salkovski Junges

ADVISOR: Mari Cleise Sandalowski

The struggle of the Social Sciences area in becoming an institution is historical, the obstacle in obtaining the same recognition of areas such as Mathematics or Medicine is not new. Thus, this research intends to seek reasons for this difficulty, trying to analyze the relations between the periodicity of Sociology as a discipline of Brazilian Education system, the territorial-temporal dispersion of graduation school in Social Sciences in Brazil, the coverage of Social Sciences area in university education in Rio Grande do Sul and the formative path of the teachers who teach these subjects. Some theoretical, historical and methodological issues of the research are discussed, such as a historical resumption of Social Sciences as a high school subject, a reflection on the meaning and role of the university, on the profession of Social Sciences teacher and its field, in addition to questions about the constitution of the Social Sciences, their development in Brazil and their representative bodies. Finally, data on Social Science disciplines in undergraduate courses at federal universities in Rio Grande do Sul are presented, as well as data on the training trajectory of professors who teach these disciplines.

Keywords: Social Sciences, High School, Higher Education, Teacher, Work;

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a meus pais, Marco André Junges e Maria Salkovski Junges, por estarem comigo e por mim desde sempre. Sem o amor, a educação e as oportunidades que vocês me forneceram, eu não seria nada.

À minha orientadora, Mari Cleise Sandalowski, pessoa e profissional ímpar, que me inspira a ser melhor sempre.

A meus amigos, em especial a Alan Lemos Rhoden, Alexandra Siqueira, Bruna Luísa Vogt, Fernanda Sena Fernandes, Guilherme Antes, Jennifer Hübner, Júlia Bortolin dos Santos, Marieli Righi, Matheus Bayer, Matheus Muller, Rafael Pinto Cruz, Victor Antonio Duarte Bonafé e Wilian Lemos Rhoden, assim como a todos aqueles não citados. Obrigado por dividirmos momentos bons e ruins. Que nossa amizade perdure.

À Norberto Quintana Guidotti de Ornelas, amigo e profissional brilhante das Ciências Sociais, que tem um papel fundamental nessa pesquisa.

Ao Departamento de Ciências Sociais por todas as oportunidades, além dos professores que, durante a jornada acadêmica, tiveram grande importância na minha formação, tanto na graduação quanto no mestrado: Everton Lazzaretti Picoletto, Rosana Soares Campos, Ricardo Mayer, Laura Senna Ferreira e Matheus Muller.

A Marcelo Gabriel Ercolani, que tanto ajudou e ajuda os alunos do Departamento de Ciências Sociais, assim como a todos os funcionários do departamento.

À minha banca de defesa de mestrado, composta pela Prof.^a Dr.^a Laura Senna Ferreira e pelo Prof. Dr. Lizandro Lui.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa cedida, assim como a todos os órgãos de fomento à pesquisa. Que a pesquisa tenha um grande futuro nos anos que estão por vir.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria, que, como um verdadeiro coração, abraça todos que porventura sejam alcançados por ela.

Por fim, a todos que lutam por uma sociedade mais digna, com uma educação pública e de qualidade. Que o nosso futuro seja vitorioso!

*“Nós vamos vencer,
não nos resta outra opção”*

Luide Matos

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui de uma pesquisa que visa investigar a oferta de disciplinas das Ciências Sociais no ensino superior, bem como a formação dos profissionais que ministram tais disciplinas. Torna-se importante para ajudar a compreender a relação do trabalho e educação, e verificar como se dá a presença da Sociologia, Antropologia e Ciência Política no Ensino Superior, além de poder auxiliar no debate sobre o papel da universidade no Brasil e subsidiar a literatura das Ciências Sociais no Brasil.

Os capítulos foram pensados para terem ligação entre si. No segundo capítulo foram feitos apontamentos iniciais sobre alguns conceitos e temas que vão estar presentes na dissertação, como *taylorismo*, neoliberalismo, meritocracia e o papel da universidade, onde o aporte teórico foi de autores clássicos e contemporâneos.

No terceiro capítulo, discorreu-se sobre como a pesquisa teve de ser redesenhada algumas vezes, desde seu início, ainda na etapa anterior (durante a graduação) bem como após a qualificação. Dissertou-se sobre como o levantamento de dados foi feito e foi buscado um diálogo entre autores que são da base teórica desse trabalho, além de se falar sobre os métodos e técnicas utilizadas e a articulação de outros conceitos-base.

O quarto capítulo trata sobre questões de surgimento das Ciências Sociais, seu desenvolvimento no Brasil, suas entidades representativas e seu mercado de trabalho, dando foco no ensino superior.

No quinto capítulo foi desenvolvida uma reflexão sobre a profissão de professor de Ciências Sociais, onde foram articulados conceitos de Pierre Bourdieu e Elio Freidson, buscando pontos de contato nas teorias, que ajudem a compreender o *campo* do professor de Ciências Sociais e o *controle ocupacional* da área.

O sexto capítulo faz uma retomada histórica sobre as reformas educacionais no Brasil, focando no fato de que as Ciências Sociais – geralmente representadas pela disciplina de Sociologia – tiveram um caminho com idas e vindas como componente curricular do ensino médio brasileiro.

No sétimo capítulo é feita um resgate sobre as graduações em Ciências Sociais pelo Brasil, bem como sua dispersão territorial e temporal, com a finalidade de compreender a expansão da área como formação do ensino superior.

É no oitavo capítulo que começa a apresentação e análise dos dados levantados durante a pesquisa. Nele são divulgados os dados sobre as disciplinas das Ciências Sociais presentes nos currículos dos cursos de graduação das universidades federais no Rio Grande do Sul.

No nono capítulo são exibidos os dados referentes aos professores que ministram as disciplinas de Ciências Sociais que foram encontradas e apresentadas no capítulo anterior. É necessário destacar que não foi possível encontrar dados sobre todos os professores pois nem sempre foi possível traçar a correspondência entre disciplina e professor, e nem sempre foi possível encontrar dados sobre os professores nos portais das universidades.

O décimo e último capítulo trata das considerações finais, onde são tecidas algumas análises sobre os dados levantados. É nele que se demonstra a abrangência das Ciências Sociais no ensino superior no Rio Grande do Sul, bem como a porcentagem de professores que possuem a formação necessária para ministrar aulas da área.

2. APONTAMENTOS INICIAIS

Ao final do século XX, a economia, cultura e política começaram a passar por mudanças, onde o *taylorismo* ganharia força, visto que a flexibilização e otimização dos recursos destacariam o trabalhador como eficiente. O *taylorismo* é um sistema de gerenciamento industrial formulado por Frederick Winston Taylor, onde o objetivo era a maximização da produtividade através da especialização e padronização. A fragmentação do trabalho em pequenas tarefas a serem realizadas sem reflexão, por trabalhadores especializados, em um ambiente controlado, visava uma maior geração de lucro. Max Weber (2020) nos ajuda a compreender o *taylorismo* através da metáfora da *jaula de ferro*, pois entende que ela é o resultado da racionalização da vida social, focando na previsibilidade, competência e calculabilidade da mesma.

O neoliberalismo se baseia na ideia de que os mercados se autorregulam e que eles seriam o melhor meio de alcançar o crescimento. A política de redução de gastos estatais, as privatizações, a redução de impostos, desregulamentação da economia, dentre outras, são alguns princípios do neoliberalismo, adotado por diversos países, de emergentes à grandes potências. Conforme conceitua David Harvey (2008, p. 3):

“O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro.”

Porém, o neoliberalismo vem sendo criticado por alguns autores e economistas, por supostamente causar maior desigualdade econômica, ou, conforme as palavras de Wacquant (2012) “o neoliberalismo não é um projeto econômico, mas sim político; ele envolve não o desmantelamento do Estado, mas a sua reengenharia” (p. 510). Dessa forma, a presença da lógica neoliberal no ensino superior pode ser entendida como um primeiro passo para a precarização do ensino.

Assim, esse novo *modus operandi* causa impacto na educação, que ficou encarregada de sustentar tais mudanças. Para tal, era necessário camuflar as desigualdades, e isso foi feito através da narrativa do discurso sobre a meritocracia (conceito cunhado por Michael Dunlop Young, em seu livro *The Rise of the Meritocracy*), que prega que todos recebem as mesmas oportunidades, bastando se dedicar para obter destaque. Pode-se entender que as instituições de ensino também foram afetadas por tais mudanças, pois a universidade, assim como a escola, “é um ser moral, um meio moral, impregnado de certas ideias, de certos sentimentos, um meio que envolve tanto o professor quanto os alunos.” (Durkheim, 1995). Deste modo, em um contexto social determinado por estes fatores, além de outros fenômenos humanos, as Ciências Sociais são de grande importância para ajudar na percepção desses acontecimentos.

Ainda que haja um entendimento de que a universidade possa ter “um potencial capaz de contribuir para o processo de democratização das sociedades contemporâneas,

de impulsionar a inovação cultural nas sociedades contemporâneas, de formar indivíduos dotados de autonomia intelectual” (Martins, 2012, p. 117) e uma concordância sobre a importância das Ciências Sociais como instrumento para compreensão de mundo, por meio de um “projeto intelectual inovador, visando compreender as profundas mudanças econômicas, culturais e políticas” (Martins, 2012, p. 108), é necessário verificar se há uma presença da área no ensino superior, pois, “a sociologia tem diante de si, como uma de suas tarefas intelectuais inelutáveis, o desafio particular de (re)colocar a análise do sistema de ensino superior na fase atual da modernidade no centro de suas preocupações acadêmicas”. MARTINS (2012, p. 123).

A Universidade se relaciona intimamente com a autonomia e soberania da sociedade, pois é produtora de cultura, conhecimento e tecnologia, além de participar politicamente da construção dos rumos da nação. Apesar de seu papel transformador, parece viver uma espécie de crise constante. Álvaro Vieira Pinto (1986) define que a instituição ainda é parte de uma estrutura social obsoleta, e que precisa ser transformada para produzir novos efeitos. Segundo o autor, “a universidade é uma peça do dispositivo geral do domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país” (Vieira Pinto, 1986, p. 19). Compreendendo que aqueles que passaram pelo poder possam ter influenciado na educação brasileira, a universidade não ficaria de fora, pois como aponta Vieira:

“A universidade, por suas relações com a classe dominante, exerce sobre o resto do país efeito pernicioso, ocultador, pois prepara e distribui os instrumentos ideológicos que conturbam a consciência nacional, e não se dedica ao que seria sua tarefa meritória e própria – a de preparar o espírito das jovens gerações para o melhor conhecimento do Brasil, dos seus problemas e dos meios de resolvê-los” (VIEIRA PINTO, 1986, p.35).

Florestan Fernandes também se dedicou a pensar a universidade, e entende que a instituição enfrenta problemas de duas categorias diferentes:

“De um lado, a limitação de recursos materiais, financeiros ou humanos e as insuficiências da tradição cultural. De outro, as interferências estrutural-funcionais

dos esquemas existentes de organização do ensino superior, herdados com o padrão brasileiro da escola superior” (FERNANDES, 1975, p.79).

A “conclusão fatal” que Florestan (1975) alcança em é que o professor catedrático seria o centro do prejuízo que reina no ensino superior, pois, ao ser um “Produto de uma elaboração histórico-cultural e de uma escola subordinada à consolidação e ao progresso das profissões liberais” (FERNANDES, 1975, p. 81), ele poderia engessar o desenvolvimento e reformas possíveis para a instituição, se tornando uma espécie de barreira contra o “processo substancial de modernização e racionalização do ensino superior, impedindo que a sociedade domine e aproveite novas técnicas sociais de educação escolarizada.” (FERNANDES, 1975, p. 81).

A lógica neoliberal na educação pode causar a precarização do ensino superior, com a demanda por formação passando para iniciativa privada, caracterizando uma mercantilização do ensino, pois “paralelamente a essa expansão de universidades privadas, houve uma ampliação de 160% de cursos superiores privados e o crescimento de conglomerados de empresas e holdings interessados em investir neste setor.” (SPATTI et al, 2016, p. 347)

Publicações mais recentes trazem outras questões à tona, “A noção de que a universidade pública tem um papel civilizatório a cumprir torna-se cada vez mais longínqua; a postura humanista, da mesma forma, perde importância relativa em comparação com conhecimentos pragmáticos e “aplicáveis” no mercado.” (SPATTI et al, 2016, p. 342). Dorsa (2019) argumenta que a universidade precisa se “reconectar” com a sociedade, buscando ser conhecida como um “espaço de produção e socialização do saber, local aglutinador e multiplicador de conhecimento” (p. 341).

Spatti Et al. vai no encontro dessa tese, propondo que existem três ações que podem ser tomadas para que as universidades retomem o protagonismo como arena de ideias e reflexões: (i) a formação crítica e reflexiva; (ii) a produção de conhecimento socialmente pertinente; e (iii) o fortalecimento da extensão comunitária.” (SPATTI Et al., 2016, p. 351). Para isso, os autores determinam que: i. é necessário compreender como a universidade se encontra deslocada da sociedade; ii. pensar o rumo que o ensino superior brasileiro está tomando, a quem está servindo e por quê; e iii. um mergulho na

extensão universitária, com intuito de trocar saberes e se conectar com a localidade em que está inserida, onde os problemas de pesquisa poderiam ser definidos por problemas “reais” (grifo meu) da sociedade. Para tal, é preciso:

“refletir sobre o rumo ou sobre os rumos dos seus desafios, no que se refere ao comprometimento delas com a sociedade; compreender como a sociedade, concomitantemente transforma as IES e experimenta as inovações ofertadas por elas, gerando um ciclo recíproco de influência, no qual nem uma nem outra fica alheia às transformações.” (GOMES, 2014, p.3)

Ambos os autores, clássicos e contemporâneos, entendem a universidade com um papel transformador, mesmo que aliada a classe dominante e “fora” da sociedade. Para uma mudança, é preciso que a Universidade se volte para o povo, atendendo suas demandas e buscando soluções para os problemas, assumindo a “responsabilidade de servir de palco de discussões sociais, não simplesmente teóricas e abstratas, e sim abertas às novas ideias, posicionamentos, opiniões, a universidade precisa se preocupar em buscar soluções aos problemas” (DORSA, 2019, p. 341)

Portanto, as perguntas a serem respondidas são duas: *Quais são as disciplinas das Ciências Sociais presentes nos currículos obrigatórios das Universidades Federais no Rio Grande do Sul e qual a trajetória acadêmica de quem as ministra?*

3. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Esta pesquisa atravessa seu pesquisador, que por sua vez também atravessa a pesquisa. Não é regra, mas a pesquisa tende a ser algo que balance o coração do pesquisador, que faça bater mais rápido, e é o que ocorre aqui. Nascida de uma angústia com a reforma do ensino médio, onde primeiramente foi desenvolvida uma pesquisa sobre a abrangência das Ciências Sociais e sobre a formação dos professores que ministram tais disciplinas, dentro a UFSM, no início seu objetivo era outro. No primeiro projeto do trabalho de conclusão de curso, abortado pela imposição do campo (falta de resposta da burocracia *UFSMiana*), a ideia era fazer um estudo comparado sobre a entrada e formação de estudantes no curso de Ciências Sociais da UFSM, antes e depois

da reforma do ensino médio. Como não foi possível, mudou-se o objeto, passando de um estudo na UFSM para o estudo sobre a UFSM.

Com isso, podemos lembrar Weber (1991) quando define que a objetividade nas ciências sociais é pautada pelo distanciamento do pesquisador ao objeto, onde os valores pessoais não interfeririam na pesquisa. Assim também falam outros autores, de maneira ligeiramente diferente, como Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2015) quando falam da vigilância epistemológica, que seria um compromisso de ética do pesquisador, onde esse não deixaria suas questões pessoais interferirem na pesquisa, se esforçando para realizar um trabalho fiel à realidade, sem juízos de valor, fazendo um exercício de vigília própria. Essa vigília se aproxima da neutralidade axiológica defendida por Weber (2006), onde diz que os juízos de valor não são confiáveis para o conhecimento objetivo, pois tem origens em coisas subjetivas.

Este trabalho objetiva responder à duas perguntas: *Quais são as disciplinas das Ciências Sociais presentes nos currículos obrigatórios das Universidades Federais no Rio Grande do Sul e qual a trajetória acadêmica de quem as ministra?*

Para tal, primeiramente foi usada a pesquisa bibliográfica – recurso que se baseia na revisão de literatura existente – para compreensão de temas com ligação direta com a pesquisa e para obter um panorama geral sobre o estado atual do conhecimento sobre o tema. Em conjunto foi utilizada a pesquisa documental, para a identificação das disciplinas das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios de graduação das universidades selecionadas. Para este trabalho, foram pesquisadas as universidades federais no Rio Grande do Sul, que são: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Universidade Federal de Rio Grande – FURG, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Por isso foi escolhida a abordagem quanti-qualitativa, visando uma compreensão maior da situação. As duas perspectivas têm naturezas diferentes, mas não possuem contradição, onde a quantitativa visaria elucidar dados e indicadores, e a qualitativa visaria entender a subjetividade das questões (MINAYO E SANCHES, 1993; FLICK, 2013).

O levantamento de dados foi realizado de forma manual pelos sites das IFES, onde foi possível o acesso às grades curriculares dos cursos, permitindo o levantamento de dados secundários. Os cursos de licenciatura e bacharelado da área de Ciências Sociais ficaram de fora da pesquisa pois ela visa verificar como o profissional com graduação na área se insere fora dos cursos de Ciências Sociais. Assim, a fonte de dados foram os currículos dos cursos de graduação, encontrados nos sites das IFES.

As palavras-chave utilizadas nas buscas foram “sociologia”, “antropologia”, “ciência política”, “ciências sociais”. Para esta pesquisa, foi utilizado o método dedutivo, onde, além da sistematização do material, foram realizadas análises a partir dos dados levantados. A pesquisa, de seu exame de qualificação até a sua defesa, sofreu uma mudança em sua metodologia, estando centrada essa mudança na eliminação de algumas palavras-chave, tais como “etnografia”, “social”, “sociais”, além de suas combinações, buscando uma maior fidelidade das disciplinas selecionadas para com a área de estudo, aqui compreendendo as Ciências Sociais como a junção da Sociologia, Ciência Política e Antropologia.

Uma cientometria é um estudo estatístico, que busca informações sobre a distribuição geográfica, temporal e temática de uma determinada produção científica. Este trabalho se assemelha à uma cientometria, com algumas diferenças, pois segundo Clemente et al (2021, p. 5):

“Nalimov e Mulchenko (1971) forneceram uma das primeiras definições de cientometria: o estudo de aspectos relacionados ao desenvolvimento e estrutura da ciência, focando inicialmente na análise de citações como medida de impacto e em avaliações de desempenho da produtividade científica.”

Buscou-se analisar a trajetória acadêmica dos professores, procurando-se entender qual sua jornada formativa, para entender quais profissionais estão lecionando as disciplinas das Ciências Sociais no ensino superior. É necessário refletir sobre a atuação dos formados em Ciências Sociais no ensino superior não apenas para compreender o mercado de trabalho, mas também com um viés de compreensão das dificuldades enfrentadas na institucionalização, pois a docência – tanto no ensino médio quanto no ensino superior – ainda é uma das maiores oportunidades de emprego para os formados em Ciências Sociais no Brasil.

Tendo informações relevantes sobre a presença das Ciências Sociais no ensino superior, assim como a trajetória formativa dos professores que ministram essas disciplinas, foi possível produzir uma análise sobre a presença do profissional formado na área, na docência no ensino superior, bem como discussões sobre a quantidade de horas que essas disciplinas perfazem.

Quando analisamos as trajetórias acadêmicas dos professores dos professores que ministram essas disciplinas, a chave de análise foi a área de doutorado, pois a formação doutoral é vista como uma garantia de que o professor tenha conhecimentos avançados e capacidade de pesquisa sobre os temas que ele irá ensinar, e é considerado como um indicativo da capacidade do professor para transmitir esse conhecimento de forma eficaz para os estudantes. Além disso, a área de doutorado também é vista como uma garantia de que o professor tenha habilidades para realizar pesquisas avançadas e contribuir para o avanço do conhecimento em sua área de estudo.

A parte qualitativa da pesquisa se deu a partir da análise da formação dos professores que ministram as disciplinas encontradas nos currículos obrigatórios. Os dados foram reunidos novamente através dos sites das universidades, onde quase sempre é possível identificar quais professores que ministram as disciplinas ofertadas. O objetivo foi realizar uma reflexão sobre a entrada no mercado de trabalho do profissional licenciado em Ciências Sociais, contribuindo para a reflexão do respectivo objeto de estudo.

A busca de dados sobre as disciplinas encontradas, como o código de identificação, foi responsável, quando possível, de fazer a ligação da disciplina com o professor. Ainda, é necessário destacar que não foram encontrados dados sobre professores em três das sete Universidades Federais pois não foi possível, mesmo com o código de identificação da disciplina, conseguir acesso à qual professor que lecionada tal cadeira. Cabe frisar que todos os dados foram revisados com a finalidade de assegurar sua qualidade e veracidade.

Objetivo específico	Método de levantamento de dados	Categoria de análise	Definição da categoria de análise	Operacionalização do conceito
----------------------------	--	-----------------------------	--	--------------------------------------

Compreender como se dá a inserção das Ciências Sociais no Ensino Superior	Levantamento documental	Campo profissional	O campo é um espaço constituído de lutas, que tem suas próprias regras, sofrendo e promovendo influência	Levantamento de dados sobre quantas e quais disciplinas das Ciências Sociais constam nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação das universidades federais do Rio Grande do Sul
Analisar a trajetória formativa dos professores	Levantamento documental	Trajetória	A trajetória é a forma objetiva das relações entre aqueles que estão presentes no campo	Levantamento de dados referente à trajetória formativa dos professores que ministram disciplinas das Ciências Sociais
Realizar uma discussão sobre a formação dos professores que ministram disciplinas ligadas à área de Ciências Sociais	Levantamento bibliográfico	Controle Ocupacional	Uma espécie de reserva de mercado, onde só pode atuar na área quem tiver “autorização” (diploma)	O indicador a ser analisado será a trajetória formativa, levando em conta as áreas de graduação, mestrado e doutorado

Tabela 1 – Desenho de pesquisa

Fonte: Elaboração própria

4. PANORAMA SOBRE CIÊNCIAS SOCIAIS, SEUS ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO E MERCADOS DE TRABALHO NO BRASIL

Panorama geral sobre formação e definição sobre Ciências Sociais

As Ciências Sociais são um conjunto de disciplinas que surgiram ainda no século XIX, como uma forma de compreender a sociedade, seus problemas e suas mudanças,

visto que a Revolução Industrial, a urbanização e outros fenômenos que ocorriam à época precisavam ser compreendidos.

É tido que a primeira ciência social foi a Sociologia, inaugurada por Auguste Comte, com a finalidade de estudar a sociedade de uma maneira científica: com método. Comte e sua “física social” buscavam, utilizando o método das ciências naturais, descobrir as regras que regiam os fenômenos sociais. Com isso, podemos pensar em como Comte, trabalhando a partir dos modelos que ele já possuía, começou a desenvolver um novo campo científico, que viria a se tornar a Sociologia.

A Sociologia positivista partia do pressuposto fundamental que era necessário pensar os problemas de forma científica e objetiva, de modo a buscar leis que os explicassem. É uma doutrina que coloca a ciência acima das demais formas de conhecimento, pois Comte entendia que cada ciência dependia do desenvolvimento daquela que a precedeu, assim, a “física social” dependeria dos conhecimentos das outras disciplinas. O respectivo autor (1978) diz que:

“Duma parte, a ciência social não é somente a mais importante de todas, mas fornece sobretudo o único elo, ao mesmo tempo lógico e científico, que de agora em diante comporta o conjunto de nossas contemplações reais.”

A contribuição positivista no Brasil é grande, chegando ao lema da bandeira brasileira, *Ordem e Progresso*, que é uma adaptação do lema “*O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim*”, de Auguste Comte.

É interessante pensar em como a Sociologia precede as outras ciências sociais (aqui tratadas no tripé formado por Sociologia, Antropologia e Ciência Política), de forma que as disciplinas de Antropologia e Ciência Política surgiram posteriormente, agora com o objetivo de compreender as relações sociais e políticas, além de suas intersecções na sociedade. Assim, as Ciências Sociais são um conjunto de áreas que visam estudar as sociedades e seus fenômenos, buscando compreender suas relações, estruturas, processos e dinâmicas.

A Sociologia, por exemplo, é a ciência que busca compreender a sociedade, seu funcionamento e suas estruturas. Dentro dos estudos, podemos encontrar temas como interação social, cultura, desigualdade social, política, mudança social, relações entre

indivíduo e sociedade, instituições sociais etc. Max Weber, Pierre Bourdieu, Émile Durkheim, Florestan Fernandes e Karl Marx são alguns dos autores proeminentes da área.

Já a Antropologia pode ser entendida como a ciência que visa estudar as sociedades humanas e suas culturas, através do tempo. É corriqueiro vermos temas como organização social, diversidade cultural, religião e arte, em estudos que vão desde a vida em sociedades tribais, passando pela globalização e suas implicações, chegando na relação entre cultura e natureza. Aqui temos Franz Boas, Mary Douglas, Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss e Clifford Geertz como alguns autores proeminentes.

Por fim, a Ciência Política é a disciplina que busca a compreensão de fenômenos fundamentais da política e da sociedade, tais como os processos políticos e instituições, as relações de poder, o Estado, os direitos individuais, a democracia e outros sistemas de governo. Se baseia em diversas correntes de pensamento para analisar e compreender a política. Alguns de seus autores proeminentes são Thomas Hobbes, Platão, John Locke, Aristóteles e Jean-Jacques Rousseau.

Assim, as Ciências Sociais são fundamentais para compreender e interpretar a sociedade e seus problemas e foram se constituindo como um campo de estudo distinto, dotado de suas próprias temas, teorias, métodos e abordagens, tendo seus objetivos ligados à compreensão, descrição e interpretação das dinâmicas da sociedade. Autores como Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber foram fundamentais para a formação da base teórica e metodológica da área.

As Ciências Sociais continuaram a se desenvolver ao longo do século XX, agora com surgimento de novas áreas de estudo e novas escolas de pensamento. Karl Marx e Max Weber vão criticar a sociedade industrial e suas desigualdades, Ruth Benedict e Franz Boas vão estudar a diversidade humana e as diferenças culturais, Gaetano Mosca, Robert Michels e Vilfredo Pareto vão estudar as estruturas políticas e jurídicas. Com isso, com o passar do tempo, a área das Ciências Sociais foi se institucionalizando e se desenvolvendo, uma hora através dos autores, outra hora através das revistas de divulgação científica, e ainda contando com as disciplinas no ensino básico e superior.

Desenvolvimento no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento das Ciências Sociais foi marcado por influência históricas e políticas. Durante o período colonial, enquanto a sociedade tinha por base a escravidão e exploração de recursos naturais, geralmente os estudos eram realizados por estrangeiros que visitavam o país, como o caso de Jean de Léry, pastor e missionário francês que, em seu livro *“História de uma viagem feita na terra do Brasil”* (1578), buscou descrever a fauna e flora brasileira, com o intuito de fornecer material para auxiliar na tentativa de fundação de uma colônia francesa no Brasil, que se chamaria França Antártica (BICALHO, 2008); e o caso de André João Antonil, jesuíta italiano que, em seu livro *“Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”* (aqui consultada a versão de 2011), escreveu sobre a ordem econômica do Brasil, além de um panorama geral das condições sociais do país enquanto colônia portuguesa.

A independência do Brasil, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889, acarretaram algumas mudanças na sociedade, que agora começava a compreender suas próprias mudanças, sejam elas políticas, sociais ou econômicas. Com isso, as primeiras disciplinas de Ciências Sociais começam a surgir, assim como, mais tarde, os primeiros cursos de Sociologia nas universidades brasileiras. É em 1933 que vai surgir o primeiro curso de Sociologia, na Escola Livre de Sociologia e Política (MICELEI, 1987) e em 1941 que surge o primeiro curso de Ciências Sociais, ofertado pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais (MICELEI, 1987).

Sofrendo influências dos contextos históricos e políticos, o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil foi se dando de maneira gradual. Durante o período da ditadura militar, de 1964 a 1985, houve diversas violações de direitos (com o intuito de refrear a oposição que se organizava), entre eles, ao livre pensamento e ao pensamento crítico (vide AI-5, de 1968), o que dificultou o avanço da área, uma vez que a disciplina de Sociologia foi retirada da grade curricular, sendo ofertadas outras em seu lugar (como Organização Social e Política Brasileira – OSPB e Educação Moral e Cívica).

Com a abertura democrática iniciando na década de 1970 e o reconhecimento da profissão de Sociólogo no Brasil, através da Lei Nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, o panorama começa a mudar, pois houve um pequeno aumento na oferta dos cursos de graduação pelo país (ver Quadro 1), além do lançamento de obras literárias de grande valor para as Ciências Sociais do Brasil, como *“O processo civilizatório”*, de Darcy Ribeiro,

lançado em 1968, e “*A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*”, de Florestan Fernandes, lançado em 1974.

A ofertas de cursos de graduação na área de Ciências Sociais seguiu crescendo desde 1933, com a abertura do primeiro curso de graduação. Nos anos 90, por exemplo, já eram 50 ofertas, enquanto nos anos 2010 esse número chegaria a 135 (ver Quadro 1). Com isso, a área da docência foi se tornando um grande mercado de trabalho para o profissional com formação em Ciências Sociais, mesmo enfrentando dificuldades no ensino médio, onde a Sociologia viveu e ainda vive uma eterna batalha pelo seu reconhecimento e espaço na grade curricular.

A institucionalização tortuosa das Ciências Sociais no Brasil também tem a ver com o Estado brasileiro. Através das reformas educacionais ao longo dos anos, a Sociologia entrou e saiu da grade curricular do ensino médio, saindo pela última vez em 2017. Com isso, um grande mercado de trabalho para os formados em Ciências Sociais teve seu acesso – que já era difícil – dificultado.

O reconhecimento da profissão de Sociólogo apenas nos anos 80, cerca de 40 anos após a primeira turma de Sociólogos obter seu diploma na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, pode ter contribuído para a dificuldade de institucionalização da área no Brasil, assim como as recorrentes reformas educacionais, que insistiam em retirar a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio – sendo a última, a Reforma do Ensino Médio do Governo Temer (MDB), causando uma perda de mercado de trabalho para os profissionais formados na área das Ciências Sociais.

A iniciativa pública, privada e o terceiro setor também contribuíram para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, sendo um dos mercados de trabalhos possíveis. Assim, trabalhando com planejamento, gestão pública, pesquisa ou consultoria, seja com ONGs, institutos de pesquisa de opinião, além de organizações da sociedade civil e instituições públicas também se tornaram opções para profissionais da área.

Portanto, as Ciências Sociais fornecem um amplo leque de teorias e metodologias que podem ser utilizadas para resolução de problemas e desafios da atualidade. O profissional formado na área terá uma “caixa de ferramentas” que lhe

ajudará compreender os problemas sociais, indo desde a educação, passando pela desigualdade social, a violência, a segurança pública, as estruturas da sociedade etc.

Entidades representativas

As entidades representativas, além de representar os interesses dos profissionais, visam promover o desenvolvimento da área em que estão, seja por eventos, pesquisas, publicações, fomentando o debate científico e ajudando a construir uma comunidade científica.

Das Ciências Sociais, destacam-se, pois desempenham papéis importantes na promoção e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, as seguintes entidades:

- Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS: fundada em 1937, antes da formatura da primeira turma da ELSP, “foi fundada em São Paulo a Sociedade de Sociologia de São Paulo, posteriormente transformada em Sociedade Brasileira de Sociologia”. (MIRHAN, 2015, p 34). Sua mudança para a SBS ocorreria apenas em 1950².
- Associação Brasileira de Antropologia – ABA: fundada em 1953, “ocupando hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos.”³
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: fundada em 1977, “reúne mais de uma centena de centros de pós-graduação e de pesquisa em antropologia, ciência política, relações internacionais, sociologia, de todo o Brasil.”⁴
- Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP: fundada em 1986, “é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que tem por objetivo o intercâmbio de ideias, o debate de problemas, a manutenção de elevado padrão de ética profissional, e a defesa dos interesses comuns da Ciência Política.”⁵
- Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – ABECS: fundada em 2012, em um momento que “exigia uma nova organização científica,

descentralizada, atual e com foco específico nas questões que envolvem o ensino da área de ciências sociais em todos os seus níveis e, em especial, no ensino médio.”⁶

Quando falamos em entidades representativas, podemos pensar em como as outras áreas se organizam para defender sua categoria profissional e seus interesses. O Conselho Federal de Medicina – CFM, por exemplo, é uma autarquia da área da Medicina, que visa “fiscalizar e normatizar a prática médica no Brasil”⁷, ou seja, luta pelos interesses da classe, além de regulamentar a profissão, decidindo o que é preciso para exercer a profissão e quais são as tarefas de um médico. Com isso, os médicos conseguem um aliado forte, em forma de entidade representativa, para definirem as diversas questões, de carreira até salários. O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, tem atuação parecida, sendo responsável pela “fiscalização da prestação de serviços técnicos e a execução de obras relacionados à Engenharia e à Agronomia, com a participação de profissional habilitado”⁸.

Enquanto isso, as Ciências Sociais não possuem um órgão representativo centralizado, e, quando suas áreas não o possuem (como é o caso da Antropologia e da Ciência Política), ou que possuem (Federação Nacional dos Sociólogos), encontra-se em fragilidade. Ainda, ao contrário da profissão de Sociólogo, as profissões de Antropólogo e Cientista Político não possuem regulamentação, mesmo que a primeira possua em tramitação um Projeto de Lei que vise isso (PL 4385/2020 - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Antropólogo e dá outras providências).

Frente a isso, Lejeune Mirhan, defende a criação de uma “ampla unidade política e sindical, com base em pontos que unifiquem a todos” (2015, p. 45), para a:

- “1. Defesa da obrigatoriedade do ensino de Sociologia em todas as redes públicas de ensino e no setor privado, nas escolas de ensino médio, bem como em todos os cursos superiores que passam por avaliações do ENADE.
2. Criação do cargo e da carreira de Sociólogo em todas as secretarias nos estados e nos ministérios, na esfera federal, estadual e municipal, fixando um valor mínimo de salário de acordo com os valores sugeridos pelo DIEESE.
3. Criação do Conselho Federal de Sociólogos, na forma de autarquia federal da União, que fiscalize o exercício da profissão em todo o país, registrando os profissionais formados pelas escolas.

4. Realização de ampla campanha de associação dos sindicatos para o seu fortalecimento e estruturação da Federação Nacional.” (MIRHAN, 2015, p. 46)

Em documento encontrado no site da Federação Nacional de Sociólogos – FNS⁹ consta o esboço do Conselho Federal de Ciências Sociais – CFCIS, onde é possível ler que:

“A criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Ciências Sociais - CFCIS irá garantir que as atribuições dos Sociólogos, Antropólogos e Cientistas Políticos que demandam autoridade do saber, sejam exercidas por quem de fato está capacitado e apto a exercer as atividades concernentes a esta área do conhecimento. O CFCIS terá uma função clara e objetiva de valorização e fortalecimento dos profissionais e, mais ainda, na orientação da prática profissional e do apoio à sociedade civil ao coibir atos lesivos efetivados por pessoas inescrupulosas que fazem do exercício profissional um meio de angariar benefícios de forma torpe e desonesta. Garantindo o desenvolvimento das especialidades técnicas e científicas que observem potencialidades e atendam necessidades da sociedade, empreendendo ações e mobilizações de elevado interesse público.”

Assim, devido aos apontamentos feitos, a criação de um órgão de representação centralizado poderia contribuir de muitas formas, como “no alargamento do mercado de trabalho, na valorização dos profissionais, nas discussões e fixação de valores dos pisos salariais profissionais” (MIRHAN, 2015, p. 71), como o zelo “pelo exercício da ética profissional (especialmente nas pesquisas de opinião, tendências eleitorais)” (MIRHAN, 2015, p. 71).

Mercados de trabalho

O mercado de trabalho para cientistas sociais no Brasil é diverso. Conforme explica Mirhan (2015, p. 89), se referindo à uma sistematização da Socióloga Guiomar Lemos Ferreira, sobre onde estão os profissionais das Ciências Sociais no mercado de trabalho, sendo divididos em quatro grandes campos, que são: Esfera empresarial e governamental, Esfera político-administrativa, Campo social e empresarial e Campo Político. Cada uma dessas grandes áreas tem suas particularidades, tanto com a “elaboração, implementação e gestão de programas e projetos no campo social, político,

administrativo e de mercado” (MIRHAN, 2015, p. 89), quanto com “avaliação do impacto de políticas públicas (MIRHAN, 2015, p. 89).

Assim, Lejeune Mirhan identifica dezoito áreas de atuação para os profissionais das Ciências Sociais no Brasil, sendo quatro delas “reservadas” para a área, as quais nos deteremos a desenvolver. As áreas são:

- Quatro áreas exclusivas: Docência, Pesquisa, Pesquisa de Opinião e de Mercado, Assessoramento Sindical;
- Seis áreas sem exclusividade: Meio Ambiente, Planejamento, Reforma Agrária, Marketing Político, Lazer, recreação e turismo;
- Oito áreas de trabalho em disputa com profissionais de outras áreas: Relações Internacionais, Saúde, Jurídica e Carcerária, Legislativo, Recursos Humanos, Editoração, Comunicação, Cultura, Assistência Social;

A área da Docência engloba a Sociologia no Ensino Médio, disciplinas em cursos de graduação, cursos educacionais especiais e atuação em especializações, mestrados e doutorados no ensino superior. Como a oferta de vagas para essa área varia de lugar para lugar e de instituição, assim como a titulação necessária, sendo o título de doutor a exigência mais comum.

No plano geral do desenho de um Estado, é comum que algumas áreas sejam vistas como “gasto”, e outras como “investimento”. Assim, a área da Educação, por muito tempo, constou na parte dos “gastos”. É através da política neoliberal que se acha a justificativa para a diminuição da verba: os “gastos” precisavam ser cortados, logo, a área da educação acabou por perder investimento. Isso, ao longo dos anos, acarreta alguns processos, juntamente com a tentativa de privatização da universidade pública, conforme explica Jurjo Torres Santomé (2003): a mercantilização da educação, a desregulamentação e a ênfase na competição entre os alunos. Outro duro golpe na docência de Ciências Sociais foi a Reforma do Ensino Médio, ocorrida no governo de Michel Temer (MDB), através da Lei 13.415/17, que retirou a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio, cerca de 9 anos depois de ela ter se tornado obrigatória nos currículos. Com a flexibilização do currículo, não havia mais a necessidade de um profissional com formação na área para lecionar as disciplinas que vieram em troca.

A área da Pesquisa se refere à trabalhos desenvolvidos por agências sociais, menos as de pesquisas de opinião pública. Assim, o mercado nessa área é amplo e diversificado, podendo trabalhar como pesquisadores em universidades, trabalho com institutos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Além, a atuação na área da consultoria, com prestação de serviços para empresas e governos.

A área da Pesquisa de Opinião e de Mercado tem a ver com aferimento do perfil dos entrevistados, planejamento, execuções e elaboração de relatórios de projetos de pesquisa, treinamento para entrevistadores de campo, parceria com programadores para resolução de problemas, mas a atuação também pode ser voltada para consultoria para institutos de pesquisa e agências de comunicação. Segundo Mirhan (2015, p. 95), “sem dúvida esta é uma das áreas mais aquecidas” pois “desde a Constituição de 1988, fazemos eleições a cada dois anos”, logo “mais de uma centena de milhar de candidatos querem e precisam saber a melhor estratégia a seguir em suas campanhas, especialmente as presidenciais, as de governador e prefeito”. Profissionais nessa área podem conduzir estudos para melhorar a tomada de decisão, coletar, esclarecer, analisar e interpretar dados, trabalhar com comportamento do consumidor etc. Essa área do mercado é ampla, onde pode-se trabalhar desde pequenas empresas até em grandes corporações.

Já a área de Assessoramento Sindical englobaria estar no desenvolvimento do planejamento político e sindical, auxiliar nas negociações coletivas e dissídios da categoria do sindicato, atuar em campanhas pela valorização salarial, promover cursos de formação no sindicato e trabalho com pesquisa de satisfação. Ainda, é possível realizar estudos e pesquisas sobre questões de trabalho, estratégias de negociação salarial, negociações coletivas, processos judiciais.

5. REFLEXÕES SOBRE A PROFISSÃO DE PROFESSOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Pode-se entender que a obra de Pierre Bourdieu está situada dentro da sociologia praxiológica, ou seja, uma sociologia que busca entender as estruturas lógicas da ação

humana. Seu foco foi entender essas organizações lógicas que mostrassem uma estrutura anexa à sociedade. Buscando mostrar essa articulação social, Bourdieu voltou seu estudo para a constituição das ações, a criação das ideias e das formas de dominação. Não por acaso, discorreu sobre as *estruturas estruturantes estruturadas*:

“A teoria da prática como prática evoca, contra o materialismo positivista, que os objetos de conhecimento são *construídos*, e não passivamente registrados e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema das disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas.” (BOURDIEU, 2009 , P. 86)

Bourdieu entendia que a realidade só poderia ser vista quando à luz de alicerces conceituais, formulou então alguns conceitos que permeiam suas obras e ajudam a desvelar essa realidade, e são neles que nos apoiaremos para tentar produzir um diálogo sobre a Profissão de Professor de Ciências Sociais.

O conceito de *campo* é muito utilizado em pesquisas que usam Bourdieu como referência teórica. É nesse conceito que o autor vai descrever esse pequeno cosmo, dotado de alguma autonomia, com suas regras e leis próprias, que não apenas sofrem influência como influenciam um espaço maior. Esse conceito não é dado sozinho, é necessário pensá-lo em relação a algo, pois o campo é algo em movimento, com suas tensões, disputas, decisões e rupturas.

Dentro do *campo* estão os agentes (geralmente indivíduos, mas podendo ser instituições), e são eles que vão tomar posições, participar das disputas, com a finalidade de obter novas posições ou mesmo de manter as já conquistadas. Em relação ao macrocosmo em que se situa, o *campo* pode possuir mais ou menos autonomia, afinal, “ele dispõe, em relação a este, de uma autonomia mais ou menos acentuada” (BOURDIEU, 2004, p. 21). Ainda, para aferir o grau de autonomia do campo, o autor é mais direto: “Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis.” (BOURDIEU, 2004, p. 22).

As disputas internas dos *campos* são determinadas pelos *capitais*, que, segundo o autor, podem ser entendidos como a mesma coisa que *poder* (BOURDIEU, 1986, p. 16)[tradução própria]. Com isso, o capital social, por exemplo, seria um:

“... conjunto de recursos atuais ou potenciais, que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação de um grupo*, como conjunto de agentes que não são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 2007, p. 67).

O autor também fala sobre outros capitais, dentre eles, o capital cultural, que descreve que poderia existir através de três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado. A primeira forma faz referência a algo que tornou parte da própria pessoa – o *habitus*; a segunda faz menção aos bens adquiridos; e a terceira tem a ver com a certificação do conhecimento: o diploma – e conseqüentemente, a profissão. Pode-se também citar o capital econômico, que versa sobre dinheiro e pode se dar através da acumulação de bens (terras, bens materiais, dinheiro em banco etc.). O capital financeiro pode ser transformado em outros capitais, como o próprio capital cultural objetivado, através da compra de livros, por exemplo.

Desta forma, para o autor, o *habitus* tem a ver com:

“sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins de domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.” (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Logo, o *habitus* pode ser entendido como o modo de ser de um determinado grupo, podendo se relacionar com o modo de se vestir, pensar e agir. São relações que ocorrem

dentro de um determinado grupo que produzem *habitus*, como, por exemplo, o *habitus* médico, ou o *habitus* do professor.

A Sociologia das Profissões teve começo na Inglaterra, por volta dos anos 1930, quando os sociólogos Alexander Morris Carr-Saunders e Paul Alexander Wilson realizaram um levantamento sobre grupos profissionais que poderiam ou não ser classificados como profissões, resultando no livro *The Professions* (1933). Com isso, esse ramo das Ciências Sociais já tem por volta de 90 anos de produção de conhecimento para subsidiar seus estudos. Assim, em termos mais diretos, conforme Bonelli (1993, p. 31) a área é "...sustentada teoricamente por alguns modelos analíticos com concepções distintas sobre os processos de profissionalização.". Sobre a classificação de profissões, Bonelli diz que:

"A base da classificação era a existência de um corpo organizado que dominasse um conhecimento baseado num sistema de ensino e treinamento, com seleção prévia através de exame, e possuísse códigos de ética e de conduta." (BONELLI, 1993, p. 32)

Quando a autora fala em "códigos de ética e conduta", podemos entender que cada profissão possui seu próprio *habitus*. Ainda, através da passagem em que Bonelli discorre sobre como se classifica uma profissão, podemos fazer a diferenciação entre profissão e ocupação, pois uma demanda diploma, enquanto a outra, não - de acordo com a tradição anglo-saxônica, pois na tradição latina não é tão visível a diferença.

Eliot Freidson, proeminente autor da Sociologia das Profissões, tinha entendimento parecido, de que as profissões são definidas pelo fato de seus integrantes possuírem ensino superior. Ainda, nos traz um conceito importante, o de *controle ocupacional*. Em suas palavras:

"O controle ocupacional do próprio mercado de trabalho é complementado pelo uso do que Max Weber chamava de "encerramento social" e que prefiro denominar "reserva de mercado de trabalho". A reserva é assegurada pela exigência de que somente aqueles com credencial ocupacionalmente emitida, certificando sua competência, possam ser empregados para executar uma série definida de tarefas, como cortar um corpo, ensinar estudantes universitários,

representar um cliente num tribunal e certificar a exatidão de uma declaração formal de ativos e passivos financeiros.” (FREIDSON, 1996, p. 142)

Com isso, o conceito de *controle ocupacional* de Freidson pode ser pensado em conjunto com a noção de autonomia do campo de Bourdieu. Quando o autor francês fala sobre a refração às influências externas, podemos pensar que, controlando seu mercado de trabalho, uma profissão pode se tornar mais autônoma. Algo que Freidson explica em sua obra *Profissão médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado*, onde, dentre outras coisas, demonstra como a área Médica dos Estados Unidos tem uma base sólida e muita força para desenvolver sua autonomia, e, conseqüentemente, seu domínio.

Por fim, podemos acrescentar o conceito de socialização pelo trabalho, de Claude Dubar, para buscar uma maior compreensão sobre o tema. Quando Dubar diz que é “A socialização profissional, que possibilita a utilização e o reconhecimento de competências, o prazer e a progressão no trabalho, ao longo da vida” (DUBAR, 2012, p. 366), é possível pensar de maneira relacional os conceitos de campo e controle ocupacional.

O *campo* e o *controle ocupacional* podem influenciar na *socialização pelo trabalho*, visto que as relações dentro do *campo* podem influenciar na formação da identidade profissional do professor, assim como o *controle ocupacional* influencia na entrada no próprio *campo*. Ainda, a *socialização pelo trabalho* pode influenciar nas posições ocupadas dentro do *campo*, visto que os conhecimentos e competências podem fazer com que o professor adquira novas titulações, influenciando seu *capital cultural* e financeiro, e, conseqüentemente, sua posição dentro do campo de professor.

6. AS CIÊNCIAS SOCIAIS AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

As reformas educacionais ocorridas no Brasil têm origem nas tentativas dos governos de implementarem sua visão de educação para o país. Indo de governos mais progressistas até governos mais reacionários, muitas foram as reformas que afetam e afetaram diretamente as disciplinas de Ciências Sociais.

A dificuldade de institucionalização da Sociologia como disciplina do ensino brasileiro encontra eco no mesmo problema para a área de Ciências Sociais no Brasil.

Ambas possuem uma trajetória tortuosa, e por isso é importante também analisarmos a intermitência da Sociologia enquanto disciplina do Ensino Médio no Brasil. A atuação como professor nessa fase do ensino é uma das formas mais comuns de atuação para aqueles que possuem graduação em Ciências Sociais, seja na modalidade de licenciatura, seja na modalidade de bacharelado. Contudo, essa área tem sofrido alguns reveses, sendo o mais recente a Reforma do Ensino Médio - Lei 13.415/17.

É preciso atentar para a diferença entre a Sociologia como disciplina do ensino secundário e os cursos superiores – geralmente com o nome de Ciências Sociais. Enquanto a primeira estaria mais focada no auxílio da formação pessoal do aluno para, conforme Wright-Mills (1892, p. 12) “compreender o cenário histórico mais amplo, em termos do seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior”, auxiliando em sua visão e percepção de mundo, a segunda, conforme Moraes (2011, p. 363), estaria na “formação de quadros para a burocracia estatal e privada ou formação de pesquisadores”. Assim, ao contrário de outros países, onde a Sociologia era dada como uma cadeira em cursos superiores, o estabelecimento da área no Brasil “se deu por meio do antigo curso normal e do secundário” (FREITAS E FRANÇA, 2016, P. 3).

Foi no ano de 1882, através da proposta de reforma do ensino do então deputado Rui Barbosa que as Ciências Sociais entram no currículo escolar do Ensino Médio no Brasil, com o nome de “Elementos de Sociologia”. No Ensino Primário ainda haveria as disciplinas de “Noções de Vida Social” e “Noções de Economia Política”, que poderiam auxiliar na compreensão da disciplina do nível médio.

Pouco após a Proclamação da República no Brasil, no ano de 1890, ocorre a Reforma Benjamin Constant, que transformava a disciplina de “Sociologia e moral” em obrigatória. Porém, a reforma não chegou a se concretizar por dois motivos: o primeiro foi o desentendimento entre Benjamin Constant – então ministro da Instrução Pública – e Deodoro da Fonseca – então presidente; já o segundo foi a Reforma Epiácio Pessoa, ocorrida em 1901, que retirou a obrigatoriedade da disciplina, conforme Moraes (2011, p. 361) sem ela ao menos ter sido ofertada no sistema de ensino brasileiro.

Através da Reforma Rocha Vaz, realizada em 1925, durante o governo de Arthur Bernardes, que buscava “uma seriação mais racional das matérias e organizar o ensino com programas e horários mais convenientes”¹, além de instituir o ginásio com seis anos,

as Ciências Sociais voltariam a ter espaço, justamente na sexta série do Ginásio. A conclusão dessa série ainda geraria ao aluno o título de bacharel em Ciências e Letras (RESES, 2004).

A Reforma Francisco Campos, ocorrida em 1931, não mexe no status da Sociologia como disciplina do ensino secundário. Assim, o estudante tinha uma jornada obrigatória de cinco anos e uma complementar de mais dois anos, caso quisesse uma preparação para a entrada no ensino superior, onde a Sociologia faria parte da jornada complementar. Cabe ressaltar, conforme Amaury Moraes (2011), que essa reforma teve influência na criação das universidades no Brasil, pois:

“estabeleceram-se as bases da criação de universidades no país (Decreto n. 19.851, de 11/04/1931, conhecido como Estatuto da Universidade Brasileira), o que viria a ocorrer somente em 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo (USP).” (MORAES, 2011, p. 362)

Ocorrida em 1942, durante o Estado Novo – período ditatorial de Getúlio Vargas, a Reforma Capanema voltou a retirar a obrigatoriedade das Ciências Sociais, removendo a disciplina de Sociologia do ensino, uma vez que ela possuía um teor de preparação para o ensino superior, e não de formação básica do aluno. Essa reforma reorganizou, principalmente, o ensino secundário, uma vez que agora possuía dois formatos – clássico e científico – e era dividido em duas partes – ginásial, com 4 anos; e colegial, com 3 anos (MORAES, 2011).

Cabe destacar que esta reforma ressaltava um “patriotismo”, o que é possível entender da leitura do decreto-lei, onde constam termos como “consciência patriótica” e “fervor patriótico”, o que pode ajudar a entender o porquê da Sociologia ter sido excluída da grade curricular, visto que, conforme Reses (2004, p.10), esta reforma “tinha por finalidade contribuir para a consolidação do regime político de exceção de Getúlio Vargas, que visava formar indivíduos com espírito de patriotismo e de civismo”.

Amaury Moraes (2011) discorre sobre como as Ciências Sociais, personificadas na disciplina de Sociologia, não conseguiram sua institucionalização e legitimidade para constarem nos currículos do ensino, seja no clássico ou no científico. Pois o período após o Estado Novo é marcado por discussões sobre a volta da Sociologia à ensino

secundário, porém, ainda assim a disciplina não volta a ser ofertada, ficando de fora da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961. Moraes (2011, p. 365), entende que “de certa forma, pode-se dizer que os defensores da Sociologia não conseguiram convencer essa burocracia educacional quanto à necessidade de sua presença nos currículos.”.

A partir do Golpe Militar de 1964, ocorrem mais mudanças no sistema de ensino brasileiro, onde a educação profissionalizante passa a ter prioridade, pois a Reforma Jarbas Passarinho, ocorrida em 1971, muda a estrutura pensada pela Reforma Capanema, dando ênfase à qualificação dos alunos para o mercado profissional. A Sociologia continua fora do currículo escolar, tendo sido ofertadas “em troca”, as matérias de Organização Social e Política Brasileira (popularmente conhecida como OSPB), Educação Moral e Cívica e Educação Religiosa, visando “medidas de contenção do movimento estudantil, referenciadas nos princípios da ideologia de segurança nacional” (RESES, 2004). Cabe ressaltar também que manter a exclusão das Ciências Sociais dos currículos de ensino pode significar um alto teor político-ideológico, visto que, determinadas narrativas do senso comum vinculam a área como sinônimo de comunismo, o “grande mal” que o regime militar visava combater.

Com o princípio de abertura democrática iniciado em 1974, conjuntamente com as transformações sociais, econômicas e, principalmente, políticas da época, a discussão sobre o ensino de Ciências Sociais são retomadas. É na década de 1980 que ocorre um marco para as Ciências Sociais no Brasil: o reconhecimento da profissão de Sociólogo. Tal reconhecimento foi obtido através da Lei Nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que oferecia reconhecimento da profissão àqueles formados em Ciências Sociais, Sociologia e Sociologia e Política, nos níveis de bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado.

A Lei Nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, propõe o fim do ensino profissionalizante no segundo grau e, aliado à isso, a Resolução número 6, do Conselho Federal de Educação - que propunha a reforma do currículo do segundo grau, ficando um curso responsável pela formação básica do aluno e outro pela formação profissionalizante – aconselhava a inclusão da Filosofia em ambos eixos de formação, ficando a disponibilização da Sociologia como disciplina à cargo das secretarias estaduais ou escolas, porque segundo a lei, os currículos deveriam “atender, conforme

as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos de ensino e às diferenças individuais dos alunos” (BRASIL, 1982).

É justamente nesse momento que, segundo Moraes (2011, p.367), ocorre “um fenômeno parecido com aquele ocorrido nas primeiras décadas do século XX, quando a Sociologia não era obrigatória, mas, num crescendo, passou a figurar nos currículos das escolas secundárias”. Alguns estados foram precursores, como São Paulo, que através da Resolução SEE/SP número 236/83, recomenda que “na Parte Diversificada, além da Filosofia, componente essencialmente formador, recomenda-se a inclusão, nessa parte, de componentes que também concorram para aquele objetivo, tais como, Sociologia, Psicologia e outros.” (SEE/SP 236/83).

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, diz no artigo 36 que ao final do Ensino Médio, para o exercício da cidadania, os alunos deveriam dominar fundamentos de Filosofia e Sociologia (BRASIL, 1996). Isso gerou uma discussão sobre a volta da matéria para a grade curricular, contudo, através de um entendimento publicado no Parecer CNE/CEB n. 15/98 e na Resolução CNE/CEB n. 03/98, ficou acordado que os conteúdos seriam trabalhados de forma interdisciplinar, não garantindo o status de disciplina à Sociologia.

Em 1997, o então deputado federal Padre Roque, submete um Projeto de Lei que visava modificar a escrita do artigo 36 de Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, tornando-a mais direta sobre a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia. O projeto é aprovado sem grandes problemas na Câmara e no Senado Federal, onde ganha o número 09/00. Conforme aponta Moraes (2011, p. 369), “Apesar de manobras do governo que se opunha frontalmente ao projeto, este é aprovado em setembro de 2001. Menos de um mês depois, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, veta integralmente”. A justificativa seria o ônus ao Estado na formação de profissionais e na criação de vagas para eles (MORAES, 2011; PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2001)

O período de 2001 a 2008 foi marcado por discussões, lutas e pressões geradas por profissionais e entidades representantes da área. Esses debates, batalhas e tensões contribuíram para a sanção da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que devolveu o status de disciplinas obrigatórias do Ensino Médio para tanto a Sociologia como também

a Filosofia. A lei apenas alterava o dúbio artigo 36 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 deixando explícito que ambas as disciplinas deveriam ser obrigatórias em todas as séries do ensino médio (BRASIL, 2008).

Entretanto, no ano de 2016 ocorre o processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff (PT), onde seu vice, Michel Temer (PMDB), acaba por assumir o cargo. Com isso, ocorre uma guinada na política nacional, guiados pelo projeto “Uma ponte para o Futuro”, que, segundo Cavalcanti e Venerio (2017, p. 140):

“Após uma análise mais acurada, nota-se que, apesar de mostrar-se à primeira vista “correta” e “preocupada” com os grandes problemas do País, a agenda do PMDB está atravessada quase que exclusivamente por princípios neoliberais.”

É através da MP 746/2016 – que depois se tornaria a Lei n. 13145/2017, que o Ensino Médio novamente é “reformado” no Brasil, colocando em prática os itinerários formativos e retirando outra vez a obrigatoriedade da cadeira de Sociologia. Muitas são as discussões em torno dessa decisão, autores como Frigotto (2017) atentam para o fato de que o desmonte da escola pública, bem como do setor público, tem ligação com setores privados, como o mercado empresarial, atravessado por forte viés neoliberal.

7. AS GRADUAÇÕES EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELO BRASIL

As graduações em Ciências Sociais no Brasil começaram a ser ofertadas cerca de cinquenta anos após a disciplina de Sociologia começar a aparecer no ensino brasileiro. Conforme Bodart e Tavares (2019), os primeiros cursos ofertados foram o bacharelado em Ciências Sociais, pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP, no ano de 1933, e as modalidades de bacharelado e licenciatura na Universidade de São Paulo – USP.

Através da retomada histórica realizada pelos autores, foi possível ver que ocorreu uma expansão dos cursos pelo Brasil, onde, em um primeiro momento, ficariam concentrados nas regiões sul e sudeste, que até o ano de 1948 tinham 10 das 11 graduações ofertadas no país. As regiões citadas englobam os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conhecidos por historicamente ocuparem as posições mais altas de IDH e PIB do país.

Com isso, as graduações ofertadas nessas regiões eram, por ente federativo: São Paulo, com bacharelado da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP, no ano de 1933; bacharelado e licenciatura na Universidade de São Paulo – USP, e com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, com bacharelado e licenciatura a partir de 1942. No Paraná, com a Universidade Federal do Paraná – UFPR, com bacharelado e licenciatura a partir de 1938. No Rio de Janeiro, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com bacharelado e licenciatura a partir de 1939; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, com bacharelado e licenciatura a partir de 1941; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com bacharelado e licenciatura a partir de 1941. Rio Grande do Sul, com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, com bacharelado e licenciatura a partir de 1940. Minas Gerais, com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com bacharelado e licenciatura a partir de 1941; e com a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, com bacharelado e licenciatura a partir de 1948. Somente um curso foi inaugurado fora desse eixo, na Universidade Federal da Bahia – UFBA, em 1941, contando com licenciatura e bacharelado.

Com a abertura de cursos de graduação na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE em 1950 e na Universidade Federal do Pará – UFPA em 1954, pouco mudou a dispersão no Brasil, mantendo-se a dominância das regiões sul e sudeste na oferta de graduações em Ciências Sociais, totalizando 11 das 14 ofertas do país. Para nos ajudar a entender isso, Bodart e Tavares (2019, p. 249), elencam três pontos

- i) a elite política enxergava, principalmente no Rio de Janeiro, os cursos de Ciências Sociais como um espaço privilegiado para dotar seus herdeiros de capital cultural que pudessem ser mobilizados para alcançar capital político e econômico;
- ii) no caso de São Paulo, grupos imigrantes, muito abastados do ponto de vista material, enxergavam o curso de Ciências Sociais como meio de alcançar distinção social e;
- iii) tratava-se de um curso, como os demais, não voltado para às classes populares, ainda que não tão elitista como os cursos mais tradicionais, como Direito, Engenharia e Medicina.

No ano da Reforma Jarbas Passarinho, 1971, a quantidade de cursos ofertados aumentou significativamente, quase dobrando, passando das 14 ofertas em 1961 para

26. A região sudeste era a mais privilegiada, contando com 14 ofertas, seguida pelas regiões sul e nordeste, ambas com 5, e depois pelas regiões norte e centro-oeste, as duas com 1 ofertas. Ainda em relação à década anterior, a região sudeste duplica a quantidade de cursos, passando de 7 para 14, ao passo que a região nordeste salta de 2 para 5 ofertas de graduação, ficando com o mesmo valor da região sul, que aumenta 1 oferta, ficando também com 5. A região norte mantém apenas uma oferta, mesmo número da região centro-oeste, agora ofertando também uma graduação. Algo que pode ajudar a compreender a concentração de graduações na região sudeste é que, por historicamente serem o reduto da elite nacional, esses estados precisavam qualificar seus quadros, “e os cursos superiores, dentre eles o de Ciências Sociais, eram espaços de possibilidade para adquirir a “cultura legítima” (capital cultural) que lhes renderiam distinção no interior dos campos em disputas.” (BODART E TAVARES, 2019, p. 251), pois de certa maneira “caberia aos cursos de Ciências Sociais formar os futuros gestores públicos e privados, bem como a elite política nacional”. (BODART E TAVARES, 2019, p. 251).

O ano de 1996 é marcado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB (Lei n. 9394/96), onde é descrito que ao final de sua formação, o estudante do ensino médio precisa dominar conceitos de Sociologia, para o desempenho da cidadania. Nesse momento eram ofertados 41 cursos de graduação, sendo 38 de licenciatura em Ciências Sociais e 3 de licenciatura em Sociologia. Pelos dados de Bodart e Tavares (2019), o Sudeste continuava ofertando mais graduações, agora com 15, mas o que salta aos olhos é o fato de que agora, a segunda região com mais graduações é a nordeste, oferecendo 11 cursos, seguida pela região sul, com 9 ofertas, a região norte, agora com 5 cursos, e a região centro-oeste, ofertando apenas 1 graduação.

O então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, veta o projeto de lei n. 3178/97, que visava dar o status de disciplina obrigatória à Sociologia no ensino médio, alterando a escrita incerta de um dos artigos. Nesse ano já havia 47 cursos e graduação em Ciências Sociais distribuídos pelo Brasil, onde a dianteira ainda pertencia à região sudeste, com 16 ofertas, seguida pelas regiões nordeste e sul (que, ofertando mais 3 graduações, empata com a região nordeste), cada uma com 12 cursos, e depois pela região norte, que com a oferta de 6 graduações.

Destaca-se que a região centro-oeste mantinha o número de graduações de 30 anos antes, ofertando 1 graduação.

Além de ser um espaço de formação de capital cultural de setores privilegiados da sociedade, algo que pode ajudar a compreender o motivo da região sudeste historicamente ofertar mais graduações em Ciências Sociais é o fato de que as mobilizações a favor da reinserção da Sociologia no ensino médio eram maiores nesses estados, visto que até as legislações educacionais estaduais, como a de São Paulo em 1933, já previam a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia.

Após anos e luta e pressões, em 2008 é sancionada pelo presidente em exercício, José de Alencar, a Lei n. 11.684/2008, que retoma a obrigatoriedade da Sociologia como disciplina do ensino médio. Nesse momento o Brasil já conta com 70 cursos de graduação em Ciências Sociais espalhados pelo território, distribuídos em 24 na região sudeste, 15 na região nordeste, 15 na região sul, 13 na região norte e 3 na região centro-oeste. Ainda, Bodart e Tavares (2019) apontam que neste ano os estados de Mato Grosso e Rondônia não possuíam sequer uma oferta de graduação em Ciências Sociais.

A Reforma do Ensino Médio é aprovada em 2017, durante o governo de Michel Temer, e, 9 anos após voltar a ser obrigatória nos currículos, a Sociologia perde a obrigatoriedade. De 2008 a 2017 foram criados 65 cursos, totalizando 135 em todo o Brasil, sinalizando um aumento de quase o dobro do período anterior. A distribuição territorial desses cursos muda pela primeira vez, com a região nordeste ofertando 39 graduações, sendo a que mais oferece cursos. Na sequência aparece a região sudeste, ofertando 38 graduações, seguida pela região sul, agora oferecendo 33 graduações, pela região norte, apresentando 14 graduações, e pela região centro-oeste, agora ofertando 11 cursos.

Quando olhamos para esses 9 anos, notamos que a lei que tornou obrigatória a inclusão de Sociologia no Ensino Médio causou um aumento significativo na oferta de graduações pelo país. Outra causa que pode ajudar a compreender essa ampliação de oferta pode ser a intervenção do Estado brasileiro no ensino superior, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, cujo objetivo central era o aumento de campus universitários e de universidades. No Rio Grande do Sul, o programa foi responsável pela criação de duas

universidades federais, a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, e a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Década	Quantidade de cursos ofertados
2010	135
2000	100
1990	50
1980	40
1970	32
1960	30
1950	12
1940	10
1930	8

Quadro 1 – Oferta de graduações em Ciências Sociais/Sociologia por década

Fonte: Elaboração própria a partir de dados secundários de Bodart e Tavares

A falta de um projeto de Estado – e não de governo – no Brasil pode ajudar a entender algumas dificuldades históricas enfrentadas pelo nosso sistema de educação, e, por conseguinte, na institucionalização das Sociologia no ensino médio e das Ciências Sociais como área de conhecimento. Não ter objetivos definidos em um projeto que não mude de governo para governo reflete em diversas áreas de conhecimento, bem como no campo da educação e da área das Ciências Sociais.

Após analisar a irregularidade da disciplina de Sociologia no ensino Brasileiro, bem como a organização território-temporal das graduações em Ciências Sociais/Sociologia, é possível pensar como se dá a abrangência das Ciências Sociais nos currículos de graduação das Universidades Federais do Rio Grande do Sul.

Em outra pesquisa, Junges (2021), verificou-se que, na UFSM, menos da metade das graduações possuíam alguma disciplina relacionada às Ciências Sociais em sua grade curricular. Ainda, novamente de acordo com Junges (2021, p. 18), pouco menos

da metade dos professores que lecionam essas cadeiras tem alguma formação na área de Ciências Sociais.

8. AS DISCIPLINAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS CURRÍCULOS OBRIGATÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Após discorrer sobre a trajetória das Ciências Sociais no ensino médio e a sua dispersão territorial e temporal dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais, agora o foco se dará nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul.

Assim, espera-se colaborar com a literatura relativa a este tema, puxando a discussão sobre a intermitência da disciplina de Sociologia ser obrigatória no ensino médio, com o debate sobre a inserção temporal e territorial dos cursos de graduação em Ciências Sociais, além da análise formativa dos professores que ministram as disciplinas das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação das Universidades Federais do Rio Grande do Sul.

I. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria – UFSM se organiza através dos 8 centros em que é dividida, tendo então: Centro de Artes e Letras – CAL, Centro de Ciências Naturais e Exatas – CCNE, Centro de Ciências Rurais – CCR, Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Ciências Sociais e Humanas – CCSH, Centro de Educação – CE, Centro de Educação Física e Desportos – CEFD e Centro de Tecnologia – CT.

Os cursos são divididos através dos centros citados acima, ficando a divisão da seguinte maneira: CAL com 15 cursos, CCNE com 12 cursos, CCR com 4 cursos, CCS com 7 cursos, CCSH com 16 cursos, CE com 2 cursos, CEFD com 3 cursos e CT com 13 cursos.

A pesquisa compreendeu 80 cursos de graduação, onde 59 são da modalidade de bacharelado e 21 de licenciatura. Destes, 24 possuem alguma disciplina ligada às Ciências Sociais e 56 não. A carga horária total dos cursos é de 274100 horas, onde

2130 destas são dedicadas à alguma disciplina das Ciências Sociais, representando cerca 0,77% da carga horária total.

Quando olhamos para os centros, o CCSH possui 11 cursos que ofertam alguma das Ciências Sociais, o CE oferta 4 cursos, o CCR e o CCS oferecem 3 cursos, e o CEFD oferta 2 graduações. O destaque fica para o CT e o CCNE, que não possuem cursos que ofertam das Ciências Sociais em currículos obrigatórios.

UFSM				
Quantidade de cursos selecionados	Carga Horária total dos cursos selecionados	Quantidade de cursos com disciplinas das CS	Carga Horária de disciplinas das Ciências Sociais	% de Ciências Sociais nos currículos obrigatórios
80	274100h	24	2130	0,7770%

Quadro 2 – Resumo da presença das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios da UFSM

Fonte: Elaboração própria

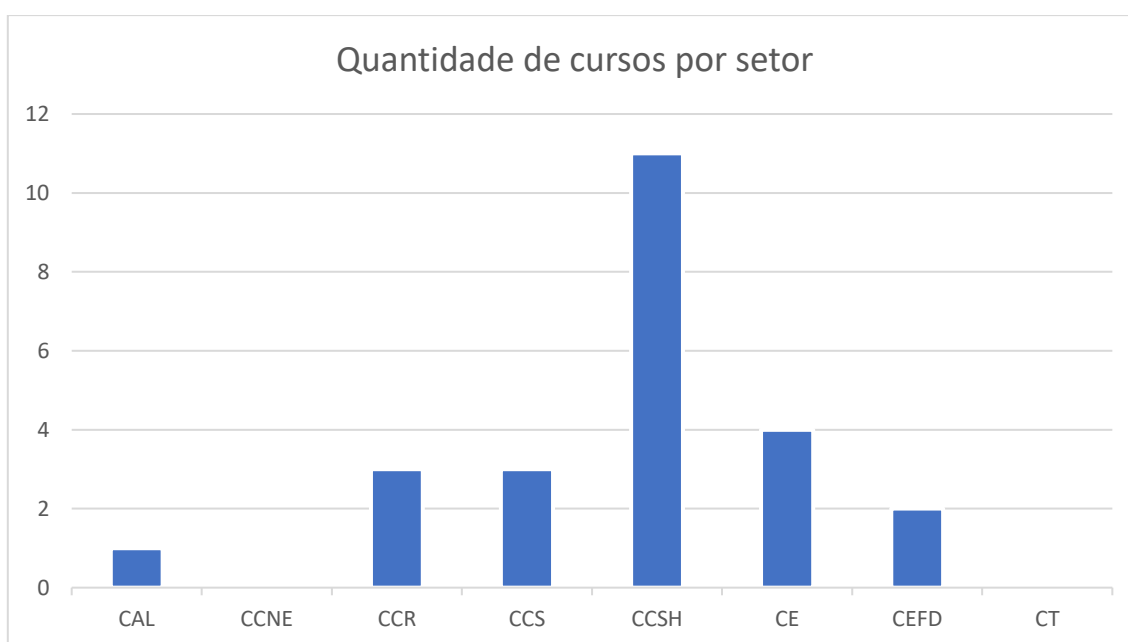


Gráfico 1 – Quantidade de cursos que oferecem disciplinas das Ciências Sociais, agrupados por centro, na UFSM

Fonte: Elaboração própria

II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS também se organiza através de Escolas, Faculdades, Institutos e no Campus Litoral Norte. Ao todo, é dividida em 28 denominações, que são: Instituto de Letras (20 cursos), Instituto de Artes (13 cursos), Escola de Engenharia (10 cursos), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (7 cursos), Campus Litoral Norte (6 cursos) Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação(6 cursos) Instituto de Biociências (6 cursos), Instituto de Geociências (6 cursos), Faculdade de Ciências Econômicas (5 cursos), Instituto de Física (5 cursos), Instituto de Matemática e Estatística (5 cursos), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (4 cursos), Instituto de Química (4 cursos), Escola de Administração (3 cursos), Faculdade de Arquitetura (3 cursos), Faculdade de Odontologia (3 cursos), Instituto de Psicologia (3 cursos) , Escola de Enfermagem (2 cursos), Faculdade de Agronomia (2 cursos), Faculdade de Direito (2 cursos), Faculdade de Educação (2 cursos), Faculdade de Medicina (2 cursos), Instituto de Informática (2 cursos), Instituto de Pesquisas Hidráulicas (2 cursos), Faculdade de Farmácia (1 curso), Faculdade de Veterinária (1 curso), Instituto de Ciências Básicas da Saúde (1 curso), Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos (1 curso).

A pesquisa abrangeu 127 cursos, distribuídos acima. Dentro desses cursos, 43 dispunham de alguma disciplina em seus currículos, enquanto 85 não. Do total de cursos, 95 são bacharelados e 32 são licenciaturas, ao passo que, nos cursos que há alguma disciplina das Ciências Sociais, 23 são da modalidade de bacharelado e 20 de licenciatura. A carga horária total dos cursos é de 444061h, onde as 2430h representam cerca de 0,54% das horas totais que são reservados às Ciências Sociais.

UFRGS

Quantidade de cursos selecionados	Carga Horária total dos cursos selecionados	Quantidade de cursos com disciplinas das CS	Carga Horária de disciplinas das Ciências Sociais	% de Ciências Sociais nos currículos obrigatórios
127	444061h	42	2430h	0,5472%

Quadro 3 – Resumo da presença das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios da UFRGS

Fonte: Elaboração própria

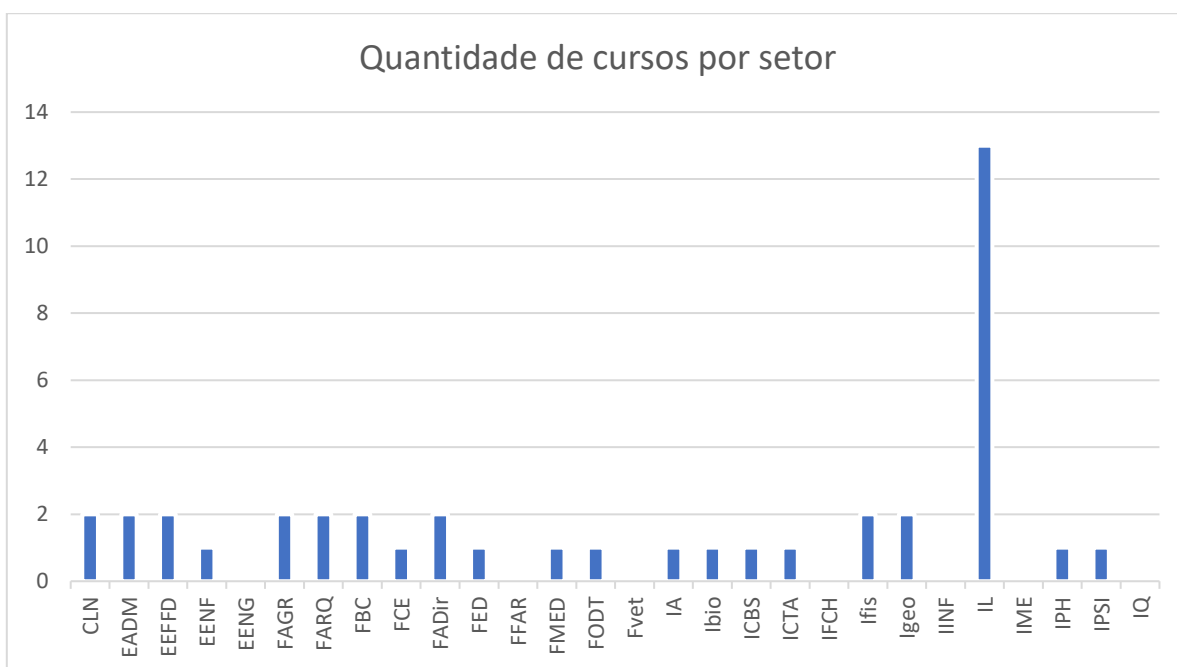


Gráfico 2 – Quantidade de cursos que oferecem disciplinas das Ciências Sociais, agrupados por setor

Fonte: Elaboração própria

III. Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

A Universidade Federal de Pelotas – UFPEL se organiza através de centros, faculdades e institutos, com o número total de 21, que são o Centro de Artes – CA, Centro

de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos – CCQFA, o Centro de Ciências Socio-Organizacionais – CCSO, o Centro de Desenvolvimento Tecnológico – CDTEC, o Centro de Engenharias – CEng, o Centro de Integração do Mercosul – CIM, o Centro de Letras e Comunicação – CLC, a Escola Superior de Educação Física – ESEF, a Faculdade de Educação – FAE, a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – FAEM, a Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional – FAMED, a Faculdade de Meteorologia – FAMET, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAUrb, a Faculdade de Direito – FD, a Faculdade de Enfermagem – FE, a Faculdade de Nutrição – FN, a Faculdade de Odontologia – FO, a Faculdade de Veterinária – FV, o Instituto de Biologia – IO, o Instituto de Ciências Humanas – ICH, o Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – IFISP e o Instituto de Física e Matemática – IFM.

A pesquisa englobou 85 cursos, no total. Para o levantamento, parcialmente foram descartados 3 cursos: Cinema e Animação, Cinema e Audiovisual, ambos do Centro de Artes – CA; e o curso de bacharelado em Ciências Biológicas, do Instituto de Biologia – IB, pois não foi obtido acesso ao projeto pedagógico de curso deles, não podendo assim ser analisadas as questões da pesquisa.

A divisão dos cursos é a seguinte: CA com 17 cursos, CEng com 12 cursos, CLC com 9 cursos, ICH com 8 cursos, CCQFA com 6 cursos, ESEF com 4 cursos, IFM com 4 cursos, CCSO com 3 cursos, IFISP com 3 cursos, FAMED com 3 cursos, CDTEC com 2 cursos, IB com 2 cursos, FAE com 2 cursos, FAEM com 2 cursos, FAMET com 1 curso, FAUrb com 1 curso, CIM com 1 curso, FD com 1 curso, FE com 1 curso, FN com 1 curso, FO com 1 curso, FV com 1 curso.

Assim, dos 82 cursos analisados, 64 são cursos de bacharelado e 18 de licenciatura, onde o número de cursos com disciplina das Ciências Sociais é composto por 22 bacharelados e 2 licenciaturas, totalizando 24 cursos, enquanto 58 cursos não possuem disciplinas. O total de carga horária dos cursos é de 280767 horas, onde as 1920 horas de disciplinas das Ciências Sociais representam 0,6838%.

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG se organiza através dos 14 seguintes centros, faculdades e institutos: Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI (9 cursos), Escola de Engenharia – EE (7 cursos), Escola de Química e Alimentos – EQA (7 cursos), Instituto de Letras e Artes – ILA (7 cursos), Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC (6 cursos), Instituto de Ciências Biológicas – ICB (4 cursos), Instituto de Matemática, Estatística e Física – IMEF (4 cursos), Centro de Ciências Computacionais – C3 (3 cursos), Faculdade de Direito – FADIR (2 cursos), Instituto de Educação – IE (2 cursos), Escola de Enfermagem – EENF (1 curso), Faculdade de Medicina – FAMED (1 curso), e Instituto de Oceanografia – IO (1 curso).

A pesquisa envolveu 54 cursos da universidade, onde destes, 38 são de bacharelado e 16 de licenciatura. Assim, são 25 cursos – sendo 9 bacharelados e 16 licenciaturas – que tem disciplina da área, enquanto são 29 os que não tem. A carga horária total das graduações é de 188151 horas, enquanto, nos cursos que há presença de Ciências Sociais, a quantidade de horas das disciplinas é de 1260h, perfazendo 0,669% do total.

FURG				
Quantidade de cursos selecionados	Carga Horária total dos cursos selecionados	Quantidade de cursos com disciplinas das CS	Carga Horária de disciplinas das Ciências Sociais	% de Ciências Sociais nos currículos obrigatórios
54	188151h	25	1260h	0,66967%

Quadro 5 – Resumo da presença das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios da FURG

Fonte: Elaboração própria

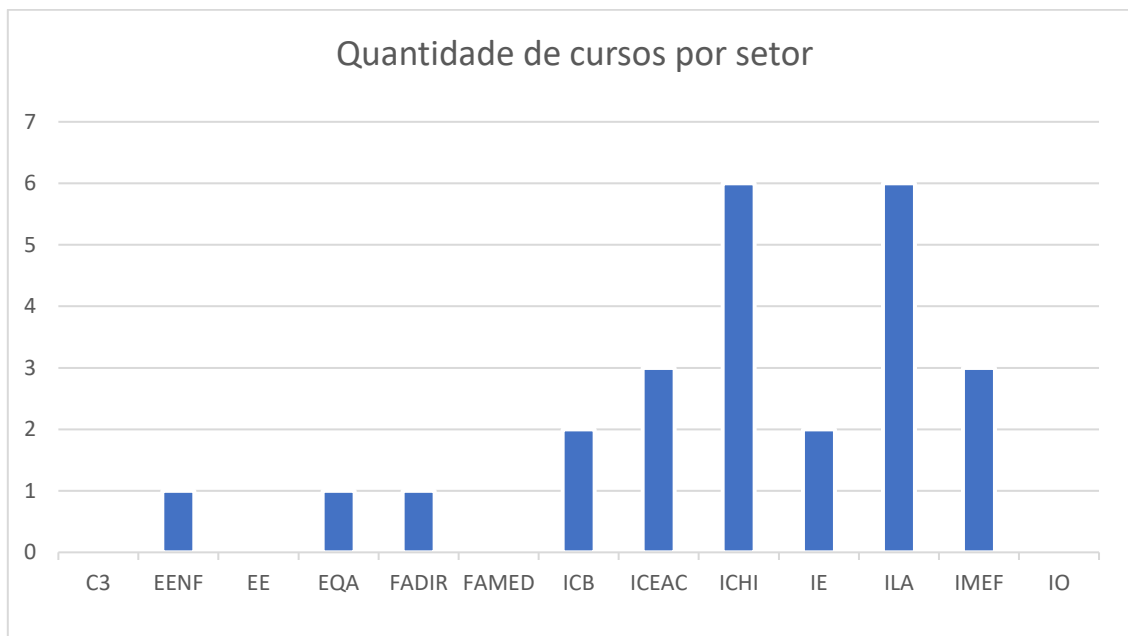


Gráfico 4 – Quantidade de cursos que oferecem das Ciências Sociais, agrupados por setor

Fonte: Elaboração própria

V. Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Diferentemente das Universidades supracitadas, a UNIPAMPA não se divide por setores, mas sim, por campus. Desta forma, existem campi dela em 10 cidades gaúchas, que são Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Os cursos, então, ficam divididos da seguinte maneira: Alegrete (7 cursos), Bagé (11 cursos), Caçapava (4 cursos), Dom Pedrito (4 cursos), Itaqui (6 cursos), Jaguarão (7 cursos), Santana do Livramento (4 cursos), São Borja (6 cursos), São Gabriel (5 cursos) e Uruguaiana (8 cursos).

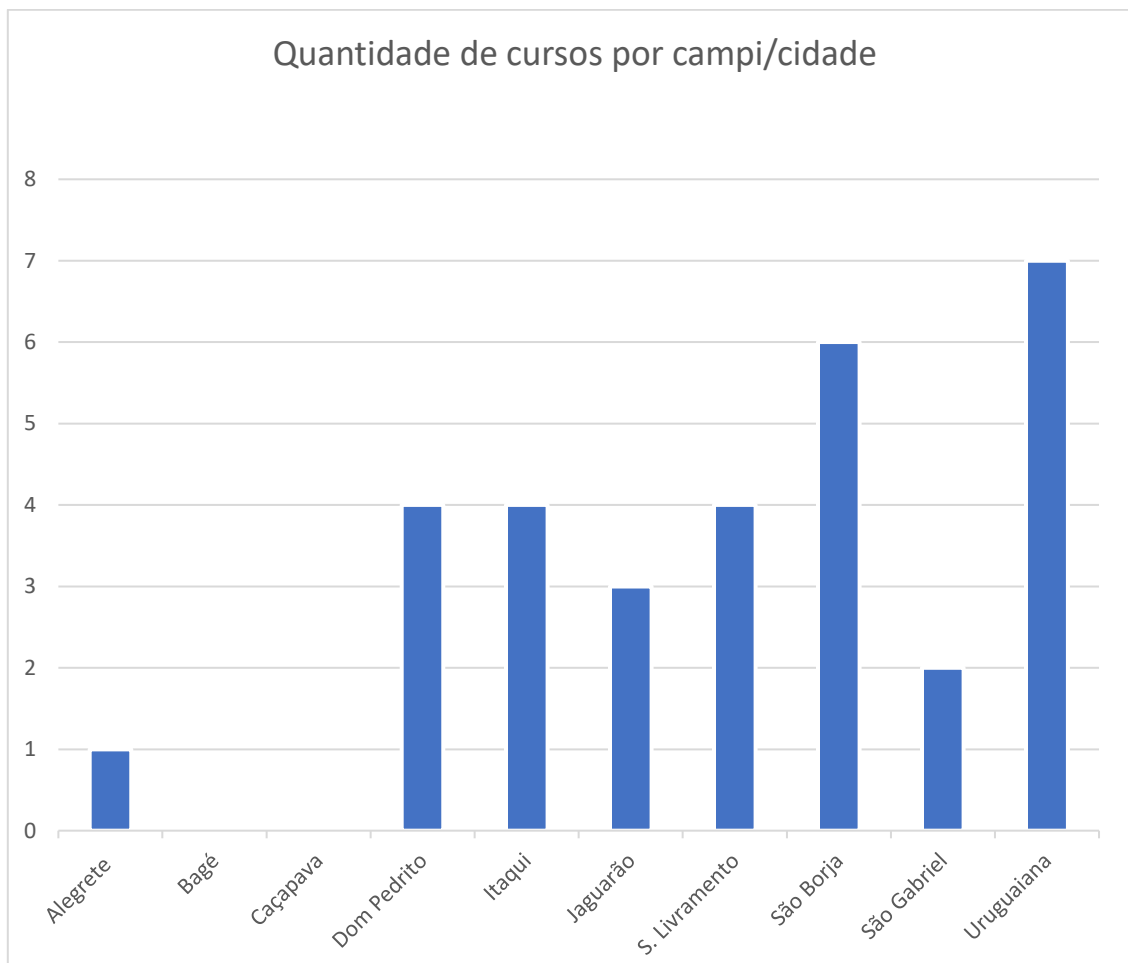
O levantamento de dados foi feito em 62 cursos de graduação, onde 44 são bacharelados e 18 são licenciaturas. Dentro deles, 31 possuem disciplinas das Ciências Sociais, enquanto 31 não possuem. A carga horária total dos cursos é de 218055h, ao passo que as 3030h das cadeiras da área correspondem a 1,3%.

Olhando para a oferta de cursos pelas cidades, vemos que Bagé e Caçapava do Sul não ofertam cursos que possuam disciplinas das Ciências Sociais. Assim, Uruguaiana é a cidade que mais oferece os cursos no escopo da pesquisa, sendo 7. Logo depois vem São Borja, com 6, Livramento, Dom Pedrito e Itaqui com 4, Jaguarão com 3 e São Gabriel com 2, e por fim, Alegrete com 1 curso.

UNIPAMPA				
Quantidade de cursos selecionados	Carga Horária total dos cursos selecionados	Quantidade de cursos com disciplinas das CS	Carga Horária de disciplinas das Ciências Sociais	% de Ciências Sociais nos currículos obrigatórios
62	218055h	31	3030h	1,38955%

Quadro 6 – Resumo da presença das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios da UNIPAMPA

Fonte: Elaboração própria



Quadro 5 – Quantidade de cursos que oferecem disciplinas das Ciências Sociais, agrupados por campi/cidade

Fonte: Elaboração própria

VI. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, assim como a UNIPAMPA, se divide por campus. A universidade possui campus no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde, as cidades gaúchas que possuem um campus da UFFS são as de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo. A divisão dos cursos se dá da seguinte maneira: Cerro Largo conta com 7 cursos, Erechim conta com 12 cursos e Passo Fundo conta com 1 curso.

Os dados foram levantados então nesses 20 cursos ofertados no Rio Grande do Sul, sendo eles 10 bacharelados e 10 licenciaturas. A carga horária total desses cursos é de 77325h, onde destes, 210 são dedicadas às Ciências Sociais, cerca de 0,2% do total.

São 4 os cursos que ofertam disciplinas ligadas à área, com 2 licenciaturas e 2 bacharelados, ficando todos no campus da cidade de Erechim.

UFFS				
Quantidade de cursos selecionados	Carga Horária total dos cursos selecionados	Quantidade de cursos com disciplinas das CS	Carga Horária de disciplinas das Ciências Sociais	% de Ciências Sociais nos currículos obrigatórios
20	77325h	4	210h	0,27158%

Quadro 7 – Resumo da presença das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios da UFFS, campus no Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração própria

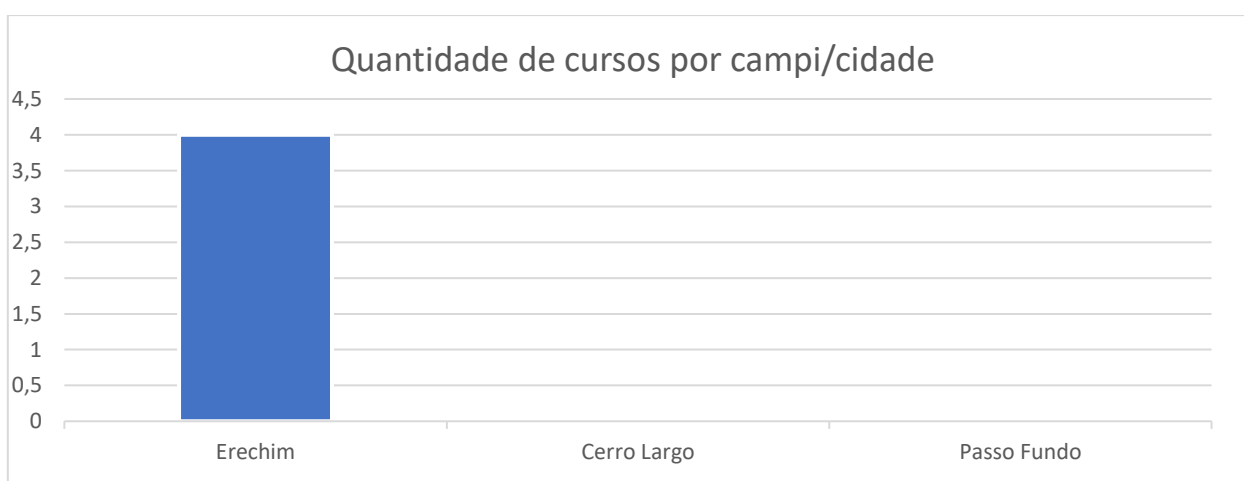


Gráfico 6 – Quantidade de cursos que oferecem disciplinas das Ciências Sociais, agrupados por campi/cidade

Fonte: Elaboração própria

VII. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA situada na cidade de Porto Alegre, possui 14 graduações, sendo todas da modalidade bacharelado, que perfazem um total de 63033h, onde, em 11 cursos, há 420h dedicadas às Ciências Sociais, o que significa que menos de 1% da carga horária total das graduações é dedicada à área, ficando com 0,666%.

UFCSPA				
Quantidade de cursos selecionados	Carga Horária total dos cursos selecionados	Quantidade de cursos com disciplinas das CS	Carga Horária de disciplinas das Ciências Sociais	% de Ciências Sociais nos currículos obrigatórios
14	63033h	12	540	0,66631%

Quadro 8 – Resumo da presença das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios da UFCSPA

Fonte: Elaboração própria

UF	CURSOS SELECIONADOS	CH TOTAL	QUANTIDADE CURSOS COM CS	CH DISCIPLINAS CS	% DE CS EM NOS CURRÍCULOS
UFSM	80	274100h	24	2130h	0,7770%
UFRGS	127	444061h	42	2430h	0,5472%
UFPEL	82	280767h	24	1920h	0,68384%
FURG	54	188151h	25	1260h	0,66967%
UNIPAMPA	62	218055h	31	3030h	1,38955%
UFFS	20	77325h	4	210h	0,27158%
UFCSPA	14	63033h	12	540h	0,66631%

TOTAIS	439	1545492h	162	11520h	0,74539%
---------------	-----	----------	-----	--------	----------

Quadro 9 – Resumo da presença das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios das Universidades Federais do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração própria

9. OS PROFESSORES E SUA TRAJETÓRIA FORMATIVA

Pierre Bourdieu (1998) vai classificar as trajetórias como uma estrutura de aspectos notáveis, seja de uma biografia individual ou de um conjunto de biografias. Esses aspectos podem ter a ver com as relações dentro de um determinado *campo*, como posições ocupadas dentro dele. Assim sendo, podemos compreender a trajetória como a objetivação destas relações entre os agentes e as forças componentes do campo, desta forma, a trajetória profissional se torna uma dimensão do campo ocupacional, fazendo referência ao percurso de uma pessoa ao longo de sua carreira. Nas palavras de Bourdieu (1998):

"A trajetória profissional é a história das conquistas e das perdas de capital, das estratégias e das táticas que o indivíduo utiliza para se posicionar no campo ocupacional, e essa história é influenciada pelo capital cultural e social herdado, pelas oportunidades educacionais e profissionais disponíveis e pelas relações de poder entre as diferentes profissões."

Quando se fala na profissão de professor, é normal que venha à mente questões sobre a formação desse profissional, afinal, se ele está ali ministrando uma aula, ele tem uma autorização para fazê-lo. Com isso, levanta-se uma questão para diálogo: o que determina que um profissional possa dar aulas de uma determinada área?

Podemos trazer uma discussão nos termos de Norberto Bobbio, quando o mesmo fala sobre legalidade e legitimidade. O autor, falando de política, compreende que a legitimidade estaria no apoio popular ao poder e a autoridade; conforme cita Bobbio (1987, p. 89) "Os dois princípios de legitimidade que se referem a uma vontade superior são aqueles recordados por Mosca: os governantes recebem seu poder da vontade de

Deus ou da vontade do povo”. Ao passo que a legalidade estaria na conformidade do poder e da autoridade com as leis estabelecidas.

Transportando para a discussão relativa à profissão de professor, a legitimidade para ministrar aulas de disciplinas das Ciências Sociais pode ser compreendida como a aceitação dos estudantes, professores e comunidade acadêmica em geral, em relação ao profissional em questão. Isso pode ser adquirido através de desempenho acadêmico, da prática em sala de aula, do desenvolvimento de habilidades pedagógicas etc. Ao passo que a legalidade para ministrar aulas das Ciências Sociais estaria na conformidade do profissional com as leis e normas estabelecidas para ser professor de Ciências Sociais, como possuir uma formação acadêmica adequada, estar registrado e habilitado para exercer a docência com as leis necessárias para tal e cumprir os requisitos dessa função.

O conceito de controle ocupacional dialoga bem com os conceitos de legalidade e legitimidade de Bobbio. Se, por um lado, falando da legitimidade, é possível ver que o controle ocupacional pode atuar como uma forma de estabelecer critérios e padrões para avaliar e reconhecer a legitimidade do indivíduo como professor de Ciências Sociais, olhando pelo prisma da legalidade, o conceito pode ajudar a estabelecer critérios fundamentais para a formação e habilitação dos professores, contribuindo para o exercício da profissão. Nesse sentido, os conceitos de controle ocupacional, legalidade e capital cultural institucionalizado – na forma de um diploma – encontram eco uns com os outros.

Dados os apontamentos feitos, apresentam-se os dados encontrados sobre a trajetória acadêmica dos professores que ministram as disciplinas das Ciências Sociais presentes nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação das Universidades Federais do Rio Grande do Sul.

É necessário esclarecer que as informações foram colhidas nos sites das universidades em questão, e que nem sempre foi possível encontrar tais dados. Localizando o código da disciplina foi possível, através dos portais das universidades, encontrar as informações referentes aos professores. Assim, foram conseguidos dados dos professores de quatro das universidades (UFSM, UFPEL, FURG, UFCSPA), todas com o recorte de 2022/2.

1. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

a. Na UFSM foram encontrados dezessete professores que ministram aulas das Ciências Sociais. Os dados demonstram que seis professores possuem graduação na área, enquanto onze não possuem. Quando se fala na área de mestrado, vemos que novamente seis possuem formação na área, ao passo que onze não possuem. Para a área de doutoramento, vemos que oito professores possuem formação na área, enquanto nove não possuem. Ao todo são cinco professores que tem toda a formação na área de Ciências Sociais. Cabe destacar que um dos professores, por estar concluindo o doutorado, não possui o título ainda, mas levando em conta que a área de doutorado é utilizada para definir legalmente quem pode ministrar disciplinas de determinada área, isso significa que 47% dos professores que lecionam disciplinas das Ciências Sociais não possuem doutoramento. Ainda, oito professores não possuem formação alguma na área, conforme podemos ver no quadro abaixo.

Professor	Formação	Mestrado	Doutorado
1	Educação Física	Ciência do Movimento Humano	Ciência do Movimento Humano
2	Ciências Jurídicas e Sociais	Educação	Antropologia Social
3	Medicina Veterinária	Extensão Rural	Sociologia
4	Sociologia	Antropologia	Sociologia Política
5	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
6	Veterinária	Extensão Rural	Sociologia
7	Ciências Sociais	Sociologia	
8	Agronomia	Sociologia	Ciências Sociais
9	Ciências Sociais	Antropologia Social	Antropologia Social
10	Administração	Administração	Administração
11	Pedagogia	Ciências Sociais Aplicadas	Educação
12	Educação Física	Educação Física	Ciência do Movimento Humano
13	Administração	Estratégia em Organizações	Estratégia em Organizações
14	Educação Especial	Educação	Educação
15	Educação Especial	Educação	Educação
16	Pedagogia	Educação	Educação
17	Ciências Sociais	Antropologia Social	Antropologia Social

Quadro 10 – Área de formação, mestrado e doutorado dos professores que ministram das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação da UFSM em 2022/2

Fonte: UFSM 2022

2. Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

a. Na UFPEL, foram conseguidas informações de doze professores que ministram disciplinas das Ciências Sociais. Dentre eles, quatro possuem graduação na área, ao passo que oito não possuem. Em relação à área de mestrado, dez professores possuem formação na área, enquanto dois não. No doutorado, sete possuem graduação enquanto cinco não, deixando assim que 40% dos professores não têm formação na área. Dessa vez apenas dois professores não possuem alguma formação em Ciências Sociais e três possuem toda a formação. É possível compreender esses dados na tabela abaixo:

Professor	Formação	Mestrado	Doutorado
1	História	Antropologia Social	Anthropologie Sociale Et Ethnologie
2	Engenharia Agrônômica	Ciência Política	Agronomia
3	História	Antropologia	Antropologia
4	Engenharia Agrônômica	Desenvolvimento Rural	Desenvolvimento Rural
5	Comunicação Social	Ciência Política	Ciência Política
6	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
7	História	Antropologia	Antropologia
8	Ciências Sociais	Sociologia	Ciências Sociais
9	Teologia	Antropologia	Teologia
10	Educação Física	Educação	Ciências Da Saúde E Esporte
11	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
12	Ciências Sociais	Sociologia	Política Científica E Tecnológica

Quadro 11 – Área de formação, mestrado e doutorado dos professores que ministram das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação da UFPEL em 2022/2

Fonte: UFPEL 2022

3. Universidade Federal do Rio Grande – FURG

a. Na FURG, foram encontrados dados sobre dezoito professores. De tal forma que onze possuem graduação na área de Ciências Sociais, enquanto sete não. Quando falamos de mestrado, novamente se repete que onze tem graduação e sete não. Na área de doutorado são nove que possuem graduação (e um que está cursando) e oito que não possuem. Ao todo, são nove professores que possuem toda a formação na área, enquanto seis não possuem formação alguma. Assim, tendo o doutorado como “permissão” para ministrar as aulas das Ciências Sociais, são cerca de 44% de professores que não possuem formação na área. Vejamos o quadro abaixo.

Professor	Formação	Mestrado	Doutorado
1	História; Filosofia	Educação Ambiental	Educação Ambiental
2	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
3	Ciências Sociais	Sociologia	Educação
4	Ciências Sociais	Ciência Política	
5	Ciências Sociais	Sociologia	Ciências Sociais
6	Ciências Sociais	Sociologia e Master en Sociologie	Sociologia
7	Ciências Sociais	Antropologia Social	Antropologia Social
8	Ciências Sociais	Sociologia e Antropologia	Sociologia e Antropologia
9	Pedagogia	Educação	Educação
10	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
11	Ciências Econômicas	Economia Aplicada	
12	Matemática	Educação em Ciências e Matemática	Educação
13	História	Educação	Educação
14	Ciências Sociais	Antropologia Social	Antropologia Social
15	Ciências Sociais	Ciências Sociais	Ciências Sociais
16	Ciências Econômicas	Organização e Mercados	Economia
17	Publicidade e Propaganda	Ciências Sociais	Ciências Sociais
18	Direito; Ciências Sociais	Direito	Direito

Quadro 12 – Área de formação, mestrado e doutorado dos professores que ministram das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação da FURG em 2022/2

Fonte: FURG 2022

4. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

- a. Na UFCSPA foram encontrados dados de dois professores que ministram disciplinas das Ciências Sociais. Ambos possuem toda a formação dentro das Ciências Sociais, como é possível ver abaixo:

Professor	Formação	Mestrado	Doutorado
1	Ciências Sociais	Antropologia Social	Sociologia
2	Ciências Sociais	Antropologia Social	Antropologia Social

Quadro 13 – Área de formação, mestrado e doutorado dos professores que ministram das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação da UFCSPA em 2022/2

Fonte: UFCSPA 2022

De forma geral, foram encontrados dados sobre quarenta e nove professores, sendo que desses, vinte e três possuem graduação na área, enquanto vinte e seis não. Na área de mestrado, são vinte e seis que possuem frente a vinte e três que não possuem. No doutorado são novamente vinte e seis que possuem formação na área ao passo que vinte e três não possuem.

São dezessete os professores que possuem toda a formação na área, de forma que dezesseis não possuem formação alguma. Assim, dentro do recorte proposto, os dados mostram que cerca de 34% dos professores que ministram disciplinas das Ciências Sociais no ensino superior federal no Rio Grande do Sul possuem toda a formação na área, 33% possuem alguma formação na área e 33% não possuem formação alguma na área.

Quando vemos profissionais sem formação na área ministrando disciplinas das Ciências Sociais, algumas questões aparecem. Conforme MIRHAN (2015), a docência nas Ciências Sociais seria uma “área exclusiva” de atuação para os formados na área, porém, os dados apontam que isso não está ocorrendo. Dessa maneira, as Ciências Sociais podem não estar conseguindo manter o controle ocupacional da docência no ensino superior. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2015) nos ajudam a pensar essa problemática quando descrevem a especificidade das técnicas que compõe o ofício de um sociólogo, onde aqui esse entendimento é estendido para a profissão de professor de Ciências Sociais. É necessário refletir sobre estas questões, pois quando falamos de

ensino de uma determinada área, é necessária uma formação teórico-metodológica dela, compreendendo as questões não apenas da docência, como da área em si.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos na profissão de professor de Ciências Sociais, podemos entendê-la a partir de Pierre Bourdieu e Eliot Freidson. Haja visto que, para Bourdieu, o diploma seria um capital cultural institucionalizado, enquanto para Freidson, seria a “autorização” para exercer a profissão. Porém, o *campo de professor de Ciências Sociais* nem sempre consegue refratar as investidas de fora do mesmo, que podemos identificar que ocorre quando outras áreas ministram disciplinas que poderiam ser ministradas por formados na área. Conforme apresentam Bodart e Silva (2019, p. 48) “apenas 11,45% dos professores que lecionam Sociologia no Ensino Básico são licenciados em Ciências Sociais ou Sociologia”, ao passo que a pesquisa demonstrou que 1/3 dos professores que ministram as disciplinas das Ciências Sociais dos currículos obrigatórios dos cursos de graduação nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul não possuem formação alguma na área.

A falta de órgão centralizado e forte, para a organização, fiscalização e defesa da área, pode ser uma das causas para que os limites das Ciências Sociais não sejam tão claros. Sobre isso, cabe destacar um acontecimento narrado por Moraes (2003, p. 6):

“...durante o XII Congresso Nacional de Sociólogos (2002), um debate sobre as resoluções do congresso e alterações de estatutos acabou gerando um constrangimento entre “só bacharéis” e “só licenciados”, pois segundo os estatutos de sindicatos e da federação, “só licenciados” não são sociólogos, mas “só bacharéis” podem ser professores de sociologia (Lei nº 6.888/80 e Decreto nº 89.531/84), embora a legislação educacional não garanta esse direito. A principal justificativa apresentada pelos “sociólogos” é que o licenciado em ciências sociais “não sabe/não pode fazer pesquisa”.

Ainda, conforme Junges (2021, p. 18), cerca de 45% dos professores que ministram disciplinas ligadas à área de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, não possuem formação na área. Com isso, podemos depreender

que a profissão ainda não detém seu *controle ocupacional*, dado que nem sempre consegue construir sua reserva de mercado de trabalho.

O conhecimento não cabe em caixa, assim como um objeto não é propriedade de uma determinada área. Ele pode ser abordado por diversas áreas do conhecimento, com diversas interpelações teóricas e metodológicas. Não há problema em outra área analisar o mesmo objeto que um cientista social, porém, suas *lentes de análise* serão diferenciadas, afinal, seu olhar sempre será atravessado por sua formação de origem, não tendo ele a expertise e o *habitus* do profissional das Ciências Sociais. É o que Freidson (1996) fala quando se refere às competências específicas, habilidades de comunicação e seriedade para tentar ensinar algo, adquiridas através do treinamento para o ofício.

Novamente Pierre Bourdieu e Eliot Freidson nos ajudam a pensar sobre o *professor de Ciências Sociais*. Esta profissão está inserida em um macrocosmo – a sociedade, tem seu próprio *habitus* – adquirido através da formação e atuação, tem suas disputas internas – podendo se darem através dos capitais culturais objetivados (graduações e pós-graduações) ou do capital econômico (disputa por salários melhores), e sofre pressões externas – dificuldade de institucionalização da área e mercado de trabalho deficitário. Novamente, a falta de um órgão representante central pode contribuir para essa situação.

Após o diagnóstico da presença das Ciências Sociais nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação do ensino superior federal gaúcho, viu-se que a área consta em cerca de 36% dos cursos, sendo a maioria deles da modalidade de bacharelado, ao passo que 33% dos professores não possuem formação na área. É importante frisar que este trabalho não tem intenção alguma de promover uma crítica aos professores que ministram as disciplinas, mas sim promover uma reflexão sobre a estrutura que possibilita (e por vezes impõe) que um profissional ministre disciplinas para as quais não possui treinamento.

Nesse trabalho buscou-se uma reflexão sobre a profissão de professor de Ciências Sociais, utilizando Sociologia Praxiológica e Sociologia das Profissões, bem como remontar historicamente a intermitência da Sociologia no ensino brasileiro e a dispersão territorial e temporal das graduações em Ciências Sociais no Brasil. O objetivo foi, além

de refletir sobre, produzir conhecimento para subsidiar discussões sobre a profissão, além de construir pontes de diálogo entre conceitos e autores, procurando identificar pontos de contato das teorias, que ajudem a pensar soluções para os problemas encontrados, seja quando se fala da dificuldade de ter o controle ocupacional da profissão ou quando se fala sobre a dificuldade da autonomia do *campo* do professor de Ciências Sociais.

Através dos capítulos que antecedem, buscou-se definir uma linha de raciocínio, começando com uma introdução sobre a formação das Ciências Sociais, perpassando desde seu início, com Comte, até uma explicação sobre as áreas da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, comumente aglutinadas sobre o título de Ciências Sociais. Após, buscou-se produzir uma linha histórica introdutória sobre a área no Brasil, indo desde os primeiros estudos realizados até obras de suma importância para as Ciências Sociais brasileiras.

Também foi realizado um levantamento sobre as entidades de representação das Ciências Sociais no nosso país, bem como feita uma discussão sobre a falta de uma entidade representativa forte e unificada, que pudesse normatizar e fiscalizar as três áreas do conhecimento que integram as Ciências Sociais. Buscou-se, com a ajuda do arcabouço teórico usado, compreender questões referentes à historicidade das Ciências Sociais no Brasil, suas influências e autores, bem como refletir sobre como o profissional da área, atualmente, pode se posicionar dentro do mercado de trabalho. Que o Conselho Federal das Ciências Sociais possa enfim ser constituído, com atribuições que ajudem os profissionais da área.

Ao falar sobre mercado de trabalho, o intuito foi apresentar as áreas de atuação, com ênfase em algumas, geralmente com maior facilidade para a obtenção de vagas de trabalho, porém sem esquecer daquelas em que se há disputa com profissionais de outras áreas. Busca-se, assim, além de desmistificar possíveis dúvidas, contribuir com o debate da Sociologia das Profissões, especialmente sobre a área de atuação do profissional das Ciências Sociais.

Ficou demonstrado pelos dados que as Ciências Sociais possuem pouco espaço nas grades curriculares das graduações e com isso, o mercado de trabalho para o cientista social no ensino superior fica concorrido. Corroborando o fato de que existem

profissionais, sem formação na área, lecionando disciplinas das Ciências Sociais. Tal questão nos faz pensar que a dificuldade de institucionalização ainda não passou. A Sociologia das Profissões nos fornece arcabouço teórico para buscar a compreensão sobre as dificuldades de manter uma reserva de mercado dentro da nossa área, para o ensino superior, visto que ela além de analisar a constituição das profissões, analisa também sua manutenção e transformação, pela sociedade (FREIDSON, 2001).

É Wright-Mills que vai discorrer sobre como a *imaginação sociológica* permitirá que o indivíduo compreenda as ligações entre as estruturas sociais e as experiências pessoais, vendo as conexões históricas e as conexões entre o particular e o geral. E é esse conceito que deveria justificar a presença das Ciências Sociais, pois são elas que, além de oferecerem habilidades de cunho pessoal, ofertam as ferramentas necessárias para a compreensão das dinâmicas sociais, das perspectivas globais, das tomadas de decisão etc. A presença das Ciências Sociais no ensino superior é fundamental para um projeto de universidade que seja voltada também para atender os mais diversos extratos sociais da sociedade, compreendendo seus problemas e buscando soluções em conjunto, como duas divisões do mesmo local, trabalhando e se ajudando.

Essa dissertação buscou abordar questões que tangenciam a área das Ciências Sociais como um todo, desde sua constituição como território de conhecimento, seu estabelecimento no Brasil, primeiro como forma de obtenção de capital cultural para a elite, e depois se constituindo como uma profissão. A discussão sobre o *campo* do professor de Ciências Sociais, bem como, na sequência, o levantamento de dados sobre a presença das Ciências Sociais e sobre a trajetória acadêmica dos professores que lecionam essas disciplinas, se deu de maneira a aferir os dois indicadores.

Dentro do recorte proposto, vimos que, por média, é comum termos menos de 1% do tempo das disciplinas nas grades curriculares dos cursos de graduação. O destaque positivo fica por conta da UNIPAMPA, onde cerca de 1,4% do currículo é destinado às Ciências Sociais. Os dados também demonstram que 33% dos que lecionam disciplinas da área no ensino superior gaúcho não possui formação nas Ciências Sociais, isso implica que um a cada três professores não possui sequer uma formação na área.

Os próximos passos da pesquisa englobam a publicação de artigos referentes aos dados e às discussões aqui promovidas, com a intenção de publicização do conhecimento, para que de alguma forma possa servir de base para outros estudos, e que promova trocas de conhecimentos com aqueles que estudam a área. Ainda, a pesquisa deve ter sua continuidade no doutorado, agora expandida à nível de Brasil, englobando:

- Na região centro-oeste: a Universidade de Brasília – UnB, a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, a Universidade Federal de Goiás – UFG, a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, a Universidade Federal de Catalão – UFCat, a Universidade Federal de Jataí – UFJ, a Universidade Federal de Rondonópolis – UFR;
- Na região nordeste: a Universidade Federal da Bahia – UFBA, a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, a Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a Universidade Federal do Cariri – UFCA, a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal de Sergipe – UFS, a Universidade Federal do Ceará – UFC, a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE, a Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar;
- Na região norte: a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, a Universidade Federal de Roraima – UFRR, a Universidade Federal do Acre – UFAC, a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a Universidade Federal do

Oeste do Pará – UFOPA, Universidade Federal do Pará – UFPA, a Universidade Federal do Tocantins – UFT, a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA;

- Na região sudeste: a Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, a Universidade Federal de Lavras – UFLA, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, a Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, a Universidade Federal de Uberlândia – UFU, a Universidade Federal de Viçosa – UFV, a Universidade Federal do ABC – UFABC, a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, a Universidade Federal Fluminense – UFF, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ,
- Na região sul: a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, a Universidade Federal do Paraná – UFPR, a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

De fato, espera-se que construindo uma pesquisa abrangente, seja possível levantar mais dados e discussões que ajudem na compreensão de questões pertinentes à área da docência de Ciências Sociais no ensino superior.

11. NOTAS

1. Ver Bomeny, disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>
2. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/a-sociedade/quem-somos/>
3. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/quem-somos/>
4. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/universo/sobre-a-anpocs>
5. Disponível em:
<https://cienciapolitica.org.br/abcp/institucional/2017/01/institucional/>
6. Disponível em: <https://abecs.com.br/institucional/nossa-historia/>
7. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/institucional/>
8. Disponível em: <https://www.confea.org.br/atuacao/fiscalizacao>
9. Disponível em:
<https://sites.google.com/site/federacaonacionaldosociologos/conselho-federal-de-ciencias-sociais---cfcis>

12. REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* / André João Antonil ; introdução por Afonso d' Escragolle Taunay ; vocabulário por A.P. Canabrava. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 284 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 160)

BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”. *História*, v.27, n.1, p. 29-50, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**/ Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BODART, C. N. ; SAMPAIO-SILVA, R. . Quem leciona Sociologia após 10 anos de presença no Ensino Médio Brasileiro? In: BODART, Cristiano das Neves; LIMA,

Wanderson Luan dos Santos. (Orgs.) **O ensino de Sociologia no Brasil**, vol.1. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. cap. 2, p. 35-61

BODART, C. N. ; TAVARES, C. S. . Configurações territoriais dos cursos de formação de professores de Sociologia no Brasil (1934-2017): disputas e implicações. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, 2019.

BONELLI, M. G. “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”. BIB, **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 36, 1993, pp. 31-61.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood, 1986.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei Nº 11.684, de 2 de junho de 2008, Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei número 7044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Parecer número 15/98 do Conselho Nacional de Educação, de 01 de junho de 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Resolução número 3 do Conselho Nacional de Educação, de 26 de junho de 1998.

BRASIL, Presidência da República. LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

BRASIL, Presidência da República. Lei Nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências.

BRASIL, Presidência da República. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Presidência da República. Veto ao Projeto de Lei n. 09/00.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. RIL Brasília a. 54 n. 215 jul./set. 2017 p. 139-162

CLEMENTE, Augusto Junior. ; OLIVEIRA, Mirella Fontes Ricarte; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo ; AZEVEDO, Natália Tavares de. **Campo de Públicas: uma cientometria a partir de Projetos Pedagógicos de Curso**. Revista de Sociologia e Política , 2021.

COMTE, Auguste. 1798-1857. C739c Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista / Auguste Comte; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

DORSA, Arlinda Cantero. **Repensando o papel das universidades: caminhos iniciais**. Interações, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 341-343, abr./jun. 2019

DURKHEIM, Émile. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa Omega, 1975

FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. São Paulo, v. 11, n. 31, p. 141-145, 1996.

FREIDSON, Eliot. Professionalism: The Third Logic. Polity Press; 1ª edição (5 maio 2001)

FREITAS, M. C. L.; FRANCA, C. E.. História da Sociologia e de sua inserção no Ensino Médio. **MOVIMENTAÇÃO**, v. 3, p. 39-55, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação”. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GOMES, Caio. Cesar Piffero. **O papel social da universidade**. In: XIV Colóquio Internacional de gestão Universitária-CIGU, 2014, Florianópolis. XIV Colóquio Internacional de gestão Universitária-CIGU. Florianópolis, 2014.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola,

JUNGES, M. B. S. . **Ciências Sociais: apontamentos sobre trabalho e profissionalização no Ensino Superior na Universidade Federal de Santa Maria**. 2021.

MARTINS, C. B. C. . Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro?. **Sociologias** (UFRGS. Impresso) , v. 29, p. 100-127, 2012. Mensagem n. 1.073, Brasília, DF, 8 de outubro de 2001.

MICELI, Sergio. **Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 2, n. 5, págs. 5-26, 1987.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MIRHAN, Lejeune. **O mercado de trabalho e a profissionalização do sociólogo**. 1ª ed. – São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2015.

MORAES, A. C. . Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cadernos CEDES (Impresso) , v. 31, p. 359-382, 2011.

MORAES, A. C. . Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos CEDES** (Impresso) , v. 31, p. 359-382, 2011

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. 1. ed. São Paulo: Autores Associados, 1986.

RÊSES, Erlando da Silva. E com a palavra: os alunos. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2004.

SÃO PAULO, RESOLUÇÃO SE N.º 236, DE 3 DE OUTUBRO DE 1983. Dispõe sobre as Diretrizes para reorganização do ensino de 2º grau nas escolas da rede estadual.

SPATTI, Ana Carolina; SERAFIM, Milena Pavan; BRITO, DIAS, Rafael de Brito. **Universidade e pertinência social: alguns apontamentos para reflexão**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 341-360, jul. 2016

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. Cad. CRH, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, dez. 2012.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Max. Ensaio sobre a teoria das ciências sociais. São Paulo: Editora Moraes, 1991

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Petrópolis, RJ : 2020.